

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 091/2025
Data: 09/07/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
EXPANSÃO PORTUÁRIA PODE REMOVER 700 FAMÍLIAS DE PALAFITAS EM GUARUJÁ.....	4
GUARUJÁ PODE RECEBER INVESTIMENTO PARA AMPLIAR AVENIDA PERIMETRAL DE R\$ 800 MILHÕES DE EMPRESAS PORTUÁRIAS.....	4
PORTO DE SANTOS INVESTE R\$ 24,4 MILHÕES EM TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE.....	5
AAPA LATAM REALIZA PRIMEIRO EVENTO PORTUÁRIO NEUTRO EM CARBONO NA AMÉRICA LATINA.....	6
TRECHO NORTE DO RODOANEL CHEGA A 51% DE EXECUÇÃO.....	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	9
EM BUSCA DO OURO: MINERADORA CANADENSE OFERTA US\$ 2 MI POR PROJETO ALAGOANO.....	9
GOVERNO DECLARA EMERGÊNCIA HÍDRICA EM 102 CIDADES DE PERNAMBUCO.....	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
DIRETORA DA ANTAQ APRESENTA ESTUDOS DE ADAPTAÇÕES CLIMÁTICAS EM EVENTO.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA INVESTIMENTOS BILIONÁRIOS EM NOVOS TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS PELO PAÍS.....	12
ANAC PREMIA AS MELHORES INICIATIVAS AMBIENTAIS EM AEROPORTOS DO BRASIL.....	13
BRASIL É O SEGUNDO PAÍS EM RANKING COM OS 100 AEROPORTOS MAIS BEM AVALIADOS DO MUNDO.....	14
ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL GARANTE RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO ETANOL DE MILHO COMO COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL PARA AVIAÇÃO.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – IMPULSO AO MERCADO DE TRABALHO.....	16
NACIONAL - HUB – CURTAS - SC, RS, PR E MS DEFENDEM LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE SEUS TERRIT.....	17
<i>Ferrosul</i>	17
<i>Esforço conjunto</i>	17
<i>Malha reduzida</i>	18
<i>Estreia</i>	18
<i>Atuação direta</i>	18
NACIONAL - GOVERNO DETALHA PROGRAMA QUE PROJETA R\$ 4,5 BI EM NEGÓCIOS NOS AEROPORTOS.....	18
NACIONAL - INFRAERO E CAXIAS DO SUL AVANÇAM EM PARCERIA PARA AMPLIAR E MODERNIZAR AEROPORTO.....	19
NACIONAL - AGÊNCIAS ALERTAM PARA QUEDA DRÁSTICA DE ORÇAMENTO E RISCOS À FISCALIZAÇÃO.....	20
NACIONAL - CORTES PARALISAM AÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES, ENERGIA E TRANSPORTES.....	21
REGIÃO SUDESTE - SP LANÇA PLATAFORMA PARA IMPULSIONAR ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO.....	22
REGIÃO NORDESTE - GESTÃO DA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO SERÁ TRANSFERIDA ATÉ O FIM DE JULHO.....	23
REGIÃO NORDESTE - PORTO PIAUÍ CONCLUI CAIS E NEGOCIA OPERAÇÃO DE CARGUEIROS JÁ PARA ESTE ANO.....	24
REGIÃO NORDESTE – EMPRESA VENCE LICITAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA VIABILIZAR HIDROGÊNIO VERDE NO PECÉM.....	25
JORNAL O GLOBO – RJ	26
MP DE COMPENSAÇÃO DO IOF SEGUIRÁ SEPARADA DO PROJETO DE ISENÇÃO DO IR, DIZ RELATOR.....	26
GALÍPOLO ESTÁ CERTO: DEVE-SE COMBATER A INFLAÇÃO E NÃO A META.....	27
GALÍPOLO ESCREVERÁ SEGUNDA CARTA EM SEIS MESES PARA JUSTIFICAR INFLAÇÃO FORA DA META: 'ME INCOMODA DEMAIS'.....	28
ACORDO ENTRE UE E EUA DEVE FIXAR TARIFA MAIOR QUE A IMPOSTA AO REINO UNIDO, DIZ JORNAL.....	29
GOVERNO INSISTE EM DECRETO DO IOF EM REUNIÃO COM O CONGRESSO, QUE TERMINA SEM ACORDO.....	30
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	31
ALCKMIN DIZ NÃO VER RAZÃO PARA AUMENTO DE TARIFAS DOS EUA SOBRE BRASIL: 'É UMA MEDIDA INJUSTA'.....	31
TRUMP ANUNCIA TARIFA DE 50% SOBRE BRASIL E CITA 'CENSURA' A MÍDIAS SOCIAIS DOS EUA.....	32
'DIÁLOGO ESTÁ ABERTO, AS COISAS VÃO SERENAR E VAMOS BUSCAR OPÇÕES', DIZ LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA.....	33
OPINIÃO - AGRICULTURA NÃO PODE SER TRATADA COMO POLÍTICA DE GOVERNO; DEVE SER POLÍTICA DE ESTADO.....	34
VALOR ECONÔMICO (SP)	35
EXCLUSIVO: BRASKEM AVANÇA EM NEGOCIAÇÕES COM PETROBRAS E FICA MAIS PERTO DE EXPANSÃO DE R\$ 4,3 BI NO RIO.....	35
GOVERNO AUTORIZA R\$ 4,5 BI PARA INVESTIMENTOS EM TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS.....	36
GOVERNO ESPERA QUE TCU DECIDA ATÉ AGOSTO SOBRE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS, DIZ MINISTRO.....	37
INFRAESTRUTURA TEM DESAFIOS QUE VÃO DESDE IMPACTO DE REFORMA TRIBUTÁRIA ATÉ RENOVAÇÃO DE FROTA, DIZEM ESPECIALISTAS.....	38



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 091/2025
Página 3 de 49
Data: 09/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO DEMANDA PARCERIA ENTRE SETOR PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA, DIZ ANTF	39
RENAN FILHO DEFENDE FERROGRÃO E AFIRMA QUE PROJETO É VIÁVEL	40
GOVERNO PLANEJA 35 NOVOS LEILÕES DE RODOVIAS ATÉ O FIM DE 2026, DIZ RENAN FILHO.....	41
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	43
TECON 10: MINISTRO ESPERA PARECER DO TCU ATÉ FINAL DE AGOSTO	43
COMEÇAM OBRAS PARA REVITALIZAR VIAS DE ACESSO AO PORTO DE ANTONINA	44
CDFMM AMPLIA PRAZO DE PRIORIDADES CONCEDIDAS PARA CONSTRUÇÃO DE BALSAS GRANELEIRAS	45
NOVO RELATÓRIO PEDE COMBUSTÍVEL COM TEOR DE ENXOFRE DE 0,1% EM TODO O MUNDO	45
DEPUTADO PEDE ESCLARECIMENTOS DE COSTA FILHO SOBRE MODELAGEM DO TECON SANTOS 10.....	46
ECOSSISTEMAS MARINHOS PODEM SER RESTAURADOS COM 1% DOS INVESTIMENTOS GLOBAIS EM EÓLICAS OFFSHORE	47
SUBSEA7 E ONESUBSEA VÃO ATUAR EM CAMPO OPERADO PELA EQUINOR NA BACIA DE SANTOS.....	48
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	49
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	49



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EXPANSÃO PORTUÁRIA PODE REMOVER 700 FAMÍLIAS DE PALAFITAS EM GUARUJÁ

APS, Prefeitura e Santos Brasil discutem aporte de R\$ 200 milhões para realocar moradores da Prainha em conjunto habitacional na Vila Edna

Por Bárbara Farias 9 de julho de 2025



Expansão geraria o reassentamento de 700 famílias que vivem sobre palafitas na região (Alexander Ferraz/ AT)

A expansão portuária na área da Prainha, em Vicente de Carvalho, com o reassentamento de 700 famílias que vivem sobre palafitas, foi discutida nesta terça-feira (8), em reunião entre a Autoridade Portuária de Santos (APS), a Prefeitura e empresas arrendatárias, na sede administrativa do Porto de Santos. Também foi tratado o adensamento do local, que é vizinho ao terminal de

contêineres da Santos Brasil, o Tecon Santos.

Em contrapartida pelo uso da área, a empresa destinaria aporte financeiro para a realocação daquelas centenas de famílias que moram em barracos. “O investimento será perto de R\$ 200 milhões e a Prefeitura vai preparar o ambiente para que ele seja subsidiado pela Santos Brasil”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini.

Já o prefeito de Guarujá, Farid Madi, explicou que os moradores podem ser contemplados com moradias no conjunto habitacional Parque da Montanha, na Vila Edna. “Esse projeto foi iniciado há 20 anos, exatamente para fazer o reassentamento dessas famílias, que seriam removidas para a expansão portuária no local. Na época, nós adquirimos a área do Parque da Montanha junto à Caixa Econômica Federal e desapropriamos”, explica ele.

“Agora, estamos avançando com o Governo do Estado para entregar essas 700 moradias, provavelmente pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Em breve, vamos assinar para 350 unidades e já temos outras previstas para assinarmos o total de 700 o mais rápido possível”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/07/2025

GUARUJÁ PODE RECEBER INVESTIMENTO PARA AMPLIAR AVENIDA PERIMETRAL DE R\$ 800 MILHÕES DE EMPRESAS PORTUÁRIAS

APS e Prefeitura discutem participação de arrendatárias na segunda fase da obra, que vai desafogar o tráfego e melhorar o acesso ao Porto de Santos

Por Bárbara Farias 9 de julho de 2025

Guarujá poderá receber um aporte de empresas portuárias para a construção da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, com custo avaliado em R\$ 800 milhões. As primeiras tratativas ocorreram ontem, entre a Autoridade Portuária de Santos (APS), a Prefeitura e empresas arrendatárias, na sede administrativa do Porto de Santos.



A Rua Idalino Pinez, conhecida como Rua do Adubo, deixará de receber caminhões com a nova Avenida Perimetral em Guarujá; haverá readequação de todo o viário próximo (Alexsander Ferraz/ AT)

Três reuniões foram realizadas com diretores de empresas que operam terminais em Vicente de Carvalho. Na ocasião, o presidente da APS, Anderson Pomini, apresentou o projeto da fase dois da Avenida Perimetral, uma obra de grande porte cujo objetivo é solucionar o gargalo logístico local, segregando o tráfego portuário do urbano.

“Convidamos a Prefeitura, as empresas que operam na Margem Esquerda, o Sindicato dos Caminhoneiros e a comunidade local afetada positivamente por essa obra para apresentarmos o projeto. É uma oportunidade para todos, em especial para a Prefeitura, de propor adequações, correções e sugestões”, afirmou Pomini.

“É uma obra com orçamento de R\$ 800 milhões, que está no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), subsidiada com recursos do Porto. Estamos com o edital de licitação pronto, mas, para ganharmos velocidade, estudamos repassar a uma das empresas do Porto. Acionamos as empresas, todas têm condições de assumir essa responsabilidade. Em vez de depositar o valor para o Porto, a empresa faz a obra. É uma alternativa. A gente vai decidir isso nos próximos dias”.

São aproximadamente sete quilômetros de vias e dois quilômetros de novos viadutos, segregando os tráfegos de veículos pesados e leves.

A Rua Idalino Pinez (Rua do Adubo) deixará de receber caminhões. Haverá adequação do traçado das avenidas Santos Dumont e Perimetral, novas calçadas e ciclovias, dispositivos de conexão viária e adequações hidráulicas, elétricas e de sinalização rodoviária. Está prevista ainda a conexão direta com o túnel Santos-Guarujá e com o novo aeroporto civil da Cidade.

O prefeito de Guarujá, Farid Madi (Pode), vê vantagens no repasse da obra a um arrendatário portuário. “Se isso acontecer, economizaremos um ano. Provavelmente, teremos os primeiros passos da implantação da Perimetral no início do ano que vem, com ela sendo concluída em dois anos em vez de três”, prevê. “A Rua do Adubo será devolvida para a Cidade, somente para acesso local. É um ganho, porque o Guarujá sempre sofreu muito com os impactos dos caminhões”, continua Farid.

Os impactos da movimentação de grãos para o Município e para o Porto também foram discutidos. “Nos reunimos com o pessoal do Terminal Exportador do Guarujá (TEG) e do Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (Teag)”, diz Pomini.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 09/07/2025

PORTO DE SANTOS INVESTE R\$ 24,4 MILHÕES EM TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE

Entre as iniciativas estão rede 5G privativa, câmeras térmicas, VTMS e aplicativo de zeladoria para modernizar operações e serviços

Por ATribuna.com.br 9 de julho de 2025

Do início de 2024 até maio deste ano, a Autoridade Portuária de Santos (APS) executou mais de R\$ 24,4 milhões em investimentos relacionados à infraestrutura de tecnologia da informação (TI) e comunicação. Os recursos contemplam soluções como a modernização do controle de acesso,



ampliação da conectividade e instalação de câmeras térmicas – capazes de detectar movimentação não autorizada no período noturno – em pontos-chave do Porto de Santos.

Entre os projetos em andamento, constam uma rede 5G privativa, o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (Vessel Traffic Management Information System, VTMIS) e o lançamento de um aplicativo para demandas de zeladoria.

Está ainda em fase de conclusão um termo de referência para contratar o Sistema Integrado de Gestão Portuária (PMIS), uma solução de gestão integrada das operações, com foco no planejamento logístico, gestão de berços e controle de cargas, faturamento, contratos e relatórios analíticos. O PMIS também auxiliará o setor de fiscalização, permitindo à APS rastrear toda a jornada do navio no Porto de Santos.

VTMIS

A APS afirma que lançará, “em breve”, o edital para instalação VTMIS, complementar ao PMIS e aguardado há uma década pela comunidade portuária. A solução atuará como um centro de inteligência de dados, fornecendo às autoridades portuárias e à Marinha informações integradas sobre posicionamento de embarcações, condições climáticas, rotas de navegação e potenciais riscos.

Rede 5G

Um convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre APS e Fundação Parque Tecnológico Itaipu (Itaipu Parquetec) prevê o investimento de cerca de R\$ 31 milhões ao longo de três anos para ampliar a conectividade do Porto. A primeira fase, que aguarda a liberação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para instalação das antenas, contemplará o complexo da presidência da empresa, o Parque Valongo e a Ponte de Inspeção Naval, na Ponta da Praia.

A rede deve auxiliar na automação de processos logísticos e na integração de dispositivos e de sistemas de monitoramento, vigilância e segurança.

No Parque Valongo, a APS explica que a rede 5G alimentará um Parque Tecnológico a ser instalado no Armazém 7. Ainda em fase de modelagem, o espaço deve hospedar e incubar startups e empresas focadas em desenvolver novas aplicações e serviços, promovendo a colaboração e a inovação.

Zeladoria

A empresa lançará um aplicativo que conta com um módulo de zeladoria cidadã. A funcionalidade permite que qualquer pessoa registre, envie fotos e abra um chamado junto à APS para solicitar reparos nas vias do Porto Organizado, como buracos no asfalto, problemas de iluminação, acúmulo de lixo e vazamento de água.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/07/2025

AAPA LATAM REALIZA PRIMEIRO EVENTO PORTUÁRIO NEUTRO EM CARBONO NA AMÉRICA LATINA

Congresso em Lima compensou 619 mil toneladas de CO₂ e reforça liderança do setor portuário em sustentabilidade

Por A Tribuna.com.br 9 de julho de 2025

O Congresso Latino-Americano de Portos, promovido pela Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA Latam) no final do mês passado, em Lima, no Peru, foi o primeiro do setor portuário na América Latina a neutralizar totalmente as emissões de carbono, segundo a organização do evento.

“Damos um passo firme rumo à sustentabilidade ao tornar nosso congresso o primeiro evento neutro em carbono. Essa decisão faz parte de um compromisso estrutural com a ação climática, alinhado aos desafios ambientais da região e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovidos pela comunidade internacional”, destacou, em nota, a assessoria do evento.



AAPA Latam aconteceu entre 24 e 27 de junho, em Lima, no Peru, com a presença de executivos globais; o Grupo Tribuna apoiou o evento (Divulgação)

Para atingir esse marco, foi formalizada uma parceria técnica com a empresa Ambipar, especializada em soluções ambientais globais, que faz a quantificação, compensação e certificação da pegada de carbono da conferência.

A iniciativa inclui medição abrangente, com as emissões associadas às viagens internacionais dos participantes, e a compensação do equivalente a 619.647 toneladas de CO₂ por meio de créditos certificados.

“Essa abordagem reflete um novo padrão de responsabilidade ambiental na organização de eventos no ecossistema logístico e portuário. Não se trata de uma medida simbólica, mas de uma ação concreta que redefine como as conferências do setor podem se alinhar à transição ecológica”, explica a nota.

A neutralidade de carbono será totalmente verificável e rastreável, garantindo transparência e credibilidade no processo. Esse compromisso também será comunicado por meio de uma estratégia institucional que busca destacar seu impacto e inspirar outras partes interessadas do setor a seguirem o exemplo.

“A AAPA Latam não é apenas um espaço para reuniões técnicas e cooperação regional, mas também uma plataforma para liderança sustentável. Com esta decisão, reafirmamos nossa missão transformadora, demonstrando que é possível organizar grandes eventos com impacto positivo no planeta”, detalha.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 09/07/2025

TRECHO NORTE DO RODOANEL CHEGA A 51% DE EXECUÇÃO

Obras devem concluir fase 1 até dezembro e facilitarão acesso de Minas e Nordeste ao Porto de Santos

Por Bárbara Farias 9 de julho de 2025



Paralisada por seis anos, construção foi retomada em abril de 2024, com investimento de R\$ 3,4 bilhões (Pablo Jacob/Governo do Estado/Divulgação)

As obras do trecho norte do Rodoanel Mário Covas (SP-021) avançaram para 51,23% de execução no mês de junho. Os trabalhos seguem dentro do cronograma previsto, segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A concessionária Via SP Serra, responsável pela construção, quer

entregar a fase 1 até o final deste ano e a fase 2 em 2026. O novo trecho facilitará o acesso ao Porto de Santos, ampliando a capacidade de tráfego e o escoamento de produtos.

O trecho norte tem 44 quilômetros de malha rodoviária e as obras foram licitadas por meio de concessão patrocinada, na modalidade de parceria público-privada (PPP). A concessionária Via SP Serra, empresa do Grupo Via Appia, assinou um contrato com o Governo Paulista válido por 31 anos que engloba a construção, a operação e a manutenção da rodovia.

Paralisada por seis anos, a construção do trecho norte foi retomada em abril de 2024, com investimento previsto de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 1,35 bilhão de aporte público do Estado e pouco mais de R\$ 2 bilhões da concessionária.

“Até o momento o valor permanece inalterado. Porém, a concessionária, conforme previsão contratual, entregou uma atualização do projeto, com direito a reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que está em análise na Artesp”, informou a agência.

De acordo com a Artesp, o primeiro trecho, entre as rodovias Fernão Dias e Presidente Dutra, já tem 76% das obras concluídas e a entrega está prevista para dezembro deste ano. Já o segundo trecho, entre a Rodovia Fernão Dias e a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, na ligação com o trecho oeste do Rodoanel, avançou 39% e a previsão de conclusão é setembro de 2026.

A agência estadual informou que a concessionária tem prazo até 30 de março de 2027 para concluir a obra previsto em contrato. “Porém, a previsão atual é que as obras sejam concluídas antecipadamente”.



Maior anel viário da América Latina conecta rodovias Fernão Dias e Dutra, além do Aeroporto de Guarulhos (Pablo Jacob/Governo do Estado/Divulgação)

Em dezembro do ano passado, o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, disse que a conclusão das obras vai possibilitar a ligação do Porto de Santos com a última rodovia que atravessa São Paulo, que é a Fernão Dias, que também liga Minas Gerais ao Nordeste. Também irá facilitar o acesso dessas regiões ao Porto de Santos, expandindo o

tráfego e o transporte de produtos.

O trecho 1 é subdividido em três lotes. O lote 6 já tem 79% dos serviços executados, com pavimentação dos ramos de acesso do trevo de interligação com a Rodovia Presidente Dutra, recuperação estrutural de obras de arte especiais (OAEs), construção das edificações de apoio como o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) e o Centro de Controle Operacional (CCO) da Polícia Militar Rodoviária, drenagens, barreiras de concreto, tratamento de taludes e pavimentação do eixo principal da rodovia.

O lote 5 avançou 74% com emboque oeste do túnel 501, pavimento, tratamento de taludes, reforço de OAEs e implantação da subestação para o túnel 501. No lote 4, 74% executado, foram realizados serviços de pavimentação, reconstituição do trevo de acesso do Rodoanel Norte à Rodovia Fernão Dias, tratamento das OAEs e implantação da subestação para o túnel 401.

Os três lotes do trecho 2 também estão em andamento. No lote 3, 44% das obras já foram concluídas, com aplicação de concreto projetado nos túneis 301 e 302, serviços de desmonte de rocha com utilização da tecnologia plasma e serviços de pavimentação.

O lote 2 já evoluiu 48% com a retirada de materiais que interferem na faixa da rodovia, pavimentação da pista externa do túnel 202 e serviços de desmonte de rocha com uso de rompedor hidráulico. O lote 1 avançou 33%.

Logística

Para o Governo do Estado, a obra marca a conclusão do maior anel viário da América Latina, conectando as rodovias Fernão Dias e Dutra, além do Aeroporto Internacional de São Paulo, localizado em Guarulhos, facilitando ainda o acesso ao Porto de Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/07/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

EM BUSCA DO OURO: MINERADORA CANADENSE OFERTA US\$ 2 MI POR PROJETO ALAGOANO

Recursos serão destinados à consolidação da compra do projeto Pereira-Velho, em Alagoas, e financiar início da exploração de ouro

De Alagoas - Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Os recursos captados com a operação serão destinados à consolidação da compra do projeto Pereira Velho e exploração de ouro, em Alagoas. Foto: Divulgação

A mineradora canadense Pacific Bay Minerals anunciou uma oferta privada de ações no valor de até US\$ 2 milhões, o equivalente a R\$ 10,9 milhões, com o objetivo de avançar na aquisição do projeto Pereira-Velho, e iniciar a exploração de ouro em Alagoas, entre os municípios de Arapiraca e Coité do Noia, no Agreste. Os recursos, caso captados, serão destinados à

consolidação da opção de compra do ativo e ao início da fase de exploração.

Segundo comunicados divulgados pela empresa, a operação envolve a emissão de até 20 milhões de ações a US\$ 0,10 cada, acompanhadas de warrants, que são títulos que permitem a aquisição futura de ações a US\$ 0,15, num prazo de 24 meses. A Pacific Bay poderá antecipar o vencimento desses títulos caso o valor das ações atinja US\$ 0,25 por 20 pregões consecutivos na TSX Venture Exchange, a bolsa canadense voltada ao setor de mineração e energia.

A movimentação foi detalhada em dois comunicados ao mercado e reforça o foco estratégico da companhia em avançar com a presença no Brasil. Além da aquisição, os recursos também poderão ser usados para exploração de outros ativos da empresa no Canadá, além de atividades corporativas gerais.

A oferta lançada pela empresa está disponível a investidores institucionais e a acionistas existentes, respeitando os limites legais estabelecidos pelas autoridades canadenses. Os títulos emitidos ficarão sujeitos a um período de retenção de quatro meses e um dia, conforme exigido pelas regras locais de mercado de capitais. A previsão da companhia é encerrar a oferta até o final de julho, dependendo das aprovações regulatórias.

Consolidação e novas etapas de exploração de ouro em AL

O projeto Pereira-Velho vem sendo negociado entre a Pacific Bay Minerals e a Appian Capital Advisory, gestora britânica que até abril controlava a Mineração Vale Verde, em Craíbas.

Segundo a Pacific Bay, as empresas assinaram uma carta de intenção para aquisição da área e a mineradora canadense vai investir na região outros US\$ 1,56 milhão ainda este ano em perfurações confirmatórias. O fechamento do negócio ainda depende da assinatura de um contrato definitivo e da

aprovação da TSX Venture Exchange. Caso seja concluída a aquisição, o acordo prevê ainda o pagamento de royalties de 1,5% sobre a produção futura, com cláusula de recompra parcial.



Estudos preliminares indicaram presença de ouro com mineralização próxima à superfície em Alagoas. Foto: Pacific Bay Minerals

Nos documentos enviados ao mercado, a mineradora destacou que os investimentos visam subsidiar uma nova campanha de perfurações confirmatórias, estudos metalúrgicos e avaliação econômica preliminar para o projeto.

A expectativa da empresa é concluir essa etapa ainda em 2025, com base em dados históricos de 47 furos de sondagem

realizados entre 2018 e 2022 e protocolados na Agência Nacional de Mineração brasileira (ANM), que somaram mais de 6 mil metros perfurados. Testes laboratoriais preliminares indicaram uma recuperação metalúrgica de até 94,8%, o que, segundo a companhia, sugere viabilidade para uso de técnicas de extração de baixo custo, como a lixiviação em pilha.

Gestão local e foco estratégico

Como parte do processo de consolidação no Brasil, a Pacific Bay também anunciou a nomeação de Elton Pereira como gerente nacional da empresa no país. Geólogo com passagens por projetos estratégicos como Tocantinzinho (PA) e Castelo de Sonhos (PA), Pereira também atuou em iniciativas de exploração de níquel, cobre e cobalto na Bahia, em parceria com a própria Appian Capital.

A nomeação, segundo o comunicado, reforça o interesse da mineradora em expandir sua atuação no país, com foco especial no projeto Pereira-Velho.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 09/07/2025

GOVERNO DECLARA EMERGÊNCIA HÍDRICA EM 102 CIDADES DE PERNAMBUCO

A decisão, válida por 180 dias, foi tomada pela redução nos níveis dos reservatórios e da estiagem prolongada em Pernambuco

De Recife - Márcio Didier - marcio.didier@movimentoeconomico.com.br



A estiagem prolongada levou a governadora Raquel Lyra a decretar situação de emergência hídrica em 102 municípios de Pernambuco Foto :Agencia Brasil

O longo período de estiagem em grande parte de Pernambuco levou a governadora Raquel Lyra a declarar situação de emergência em 102 municípios afetados pela escassez hídrica. A decisão, com validade de 180 dias, foi publicada no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (8) e foi tomada com base em análises da Defesa Civil Estadual e da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). De acordo com a avaliação, a redução nos níveis dos reservatórios e da estiagem prolongada que comprometem o abastecimento de água.

No final de 2024, a governadora já havia decretado situação de emergência hídrica em 94 municípios devido à estiagem prolongada e à escassez de chuvas, especialmente nas regiões do Agreste,

Sertão e Zona da Mata. Na época, o decreto foi motivado pelos baixos níveis dos reservatórios e pelo comprometimento do abastecimento de água, afetando tanto áreas rurais quanto urbanas do estado. Em janeiro de 2025, esse número foi ampliado para 117 municípios.

Ações de abastecimento na Mata Norte

A decretação de nova situação de emergência foi publicada no mesmo dia em que a governadora faz, nesta terça, um giro por cidades da Mata Norte de Pernambuco para anunciar uma série de medidas para melhorar o abastecimento d'água na região. Um dos principais investimentos será em Goiana, que receberá R\$ 6,5 milhões da Compesa para reforçar o sistema de abastecimento.

A ação em Goiana prevê a reativação de cinco poços no Polo Farmacoquímico do município, a implantação de uma estação elevatória de água bruta e a construção de um novo reservatório metálico. A expectativa é de que o sistema adicione 70 litros por segundo à oferta de água, beneficiando mais de 55 mil pessoas.

De acordo com o presidente da Compesa, Alex Campos, a entrega dos primeiros poços está prevista para agosto. “Os cinco poços estarão em operação até janeiro de 2026. Além disso, haverá investimentos para a requalificação da estação de tratamento de água, solucionando o problema histórico da qualidade”, afirmou.

Presente à agenda, o deputado estadual Antônio Moraes destacou que a obra atende a uma demanda antiga da população do município. “Uma das grandes reclamações de Goiana era o abastecimento de água. O Governo de Pernambuco está cumprindo o compromisso com essa obra muito aguardada pela população”, declarou.

Durante passagem por Timbaúba, a governadora autorizou a instalação da Estação de Tratamento de Água com tecnologia de ultrafiltração, anunciou a abertura da licitação para reativação da Estação Elevatória do Capibaribe Mirim e lançou o edital de restauração da rodovia PE-082.

Governo aposta no Água de Pernambuco

Durante a sua campanha para o Governo, em 2022, a então candidata Raquel Lyra colocou a questão hídrica como uma das prioridades da gestão. Uma das principais ações foi o lançamento, em outubro do ano passado, do programa Águas de Pernambuco, com uma proposta ousada, que prevê investimento de R\$ 6,1 bilhões para os próximos anos. Desse total, R\$ 3,9 bilhões destinados à infraestrutura hídrica e R\$ 2,2 bilhões para saneamento básico e esgotamento sanitário.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 09/07/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

DIRETORA DA ANTAQ APRESENTA ESTUDOS DE ADAPTAÇÕES CLIMÁTICAS EM EVENTO

Levantamentos de riscos climáticos e de descarbonização nos portos auxiliam na mudança do setor

Brasília, 09/07/2025 - A diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Flávia Takafashi, destacou a importância da elaboração de estudos que tratam da adaptação climática e de alterações na regulação para provocar mudanças no setor.

Entre os estudos citados estão o “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos”, aprovado em 2023, e o “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos”, aprovado em 2024.



“Os portos são a fronteira para o processo de descarbonização”, disse a diretora no painel “Brasil: Infraestrutura em Risco – Resiliência ou Colapso?” do evento CNN Talks - COP30: Resiliência Climática: Regulação e Financiamento, realizado pela CNN em parceria com a Agência INFRA, na noite da última terça-feira (08).

Flávia explicou que os portos entenderam os possíveis riscos e impactos das mudanças climáticas a partir da publicação desses dois

estudos e começaram a elaborar ações e realizar investimentos que garantam avanços no tema.

“Foi por conta desse estudo, que nós fizemos em 2022 e aprovamos em 2023, e infelizmente o que aconteceu em 2024 no Porto de Porto Alegre, que os portos públicos começaram a olhar para a resiliência climática. Esse movimento já acontece nos portos privados há um pouco mais de tempo”, afirmou.

Outro ponto mencionado pela diretora é como instrumentos regulatórios podem incentivar e dar mais segurança jurídica para os portos se tornarem mais verdes. Na ocasião, ela mencionou as cláusulas nos novos contratos que garantem a elaboração de um inventário de emissões de gases de efeito estufa e, para projetos de hidrovias, o monitoramento dos impactos climáticos, principalmente em comunidades ribeirinhas.

Sobre os levantamentos

O estudo sobre os impactos e os riscos da mudança climática, feito em parceria com a GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), mapeou as principais ameaças climáticas e os impactos da mudança do clima.

Na primeira etapa foram analisados 21 portos públicos e, na segunda fase, a Agência fez um estudo de caso em três portos (Santos, Aratu e Rio Grande) usando uma metodologia desenvolvida em parceria com a agência de fomento alemã.

No caso do levantamento “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos”, que também foi elaborado em conjunto com a GIZ, o objetivo foi verificar como as infraestruturas portuárias brasileiras estão se preparando para o recebimento de embarcações com combustível verde, produção de energia eólica, eletrificação de equipamentos portuários e sistemas Onshore Power Supply (OPS).

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 09/07/2025

Novas autorizações vão alavancar o escoamento de produtos e ampliar a economia brasileira; evento será realizado nesta quarta-feira (9), em Brasília

Ao lado do setor produtivo e autoridades do setor portuário brasileiro, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assina, nesta quarta-feira (9), autorizações de terminais portuários

com vão trazer investimentos bilionários para o modal. Ao todo serão assinadas oito autorizações de empreendimentos privados em todas as regiões do país, sendo cinco de novos empreendimentos.

Os novos Terminais de Uso Privados vão ajudar no escoamento de produtos, na geração de emprego e economia do país. Ao todo, está prevista a instalação de novas infraestruturas em três regiões brasileiras: Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Os terminais são dedicados à movimentação de graneis sólidos e transporte de passageiros.

Credenciamento

A assinatura das autorizações dos Terminais de Uso Privado será realizada às 15h desta quarta-feira (9), no auditório do Ministério de Portos e Aeroportos, em Brasília. Ao final da cerimônia, o ministro falará com os profissionais de imprensa. O credenciamento para participação no evento deve ser solicitado pelo e-mail ascom@mpor.gov.br. Não está prevista transmissão.

Serviço

O quê: Assinatura de TUPs e investimentos no setor portuário

Onde: Auditório Prof. Lourenço Chehab - Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede - Brasília

Quando: Quarta-feira, 9 de julho

Horário: 15h

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 09/07/2025

ANAC PREMIA AS MELHORES INICIATIVAS AMBIENTAIS EM AEROPORTOS DO BRASIL

Evento contou com a presença de representante do Ministério de Portos e Aeroportos e reconheceu boas práticas em aeroportos de diferentes portes



Anac premia as melhores iniciativas ambientais em aeroportos do Brasil - Foto: Vosmar Rosa/MPor

A sustentabilidade tem ganhado cada vez mais protagonismo nas políticas públicas voltadas à infraestrutura aeroportuária. Esse compromisso foi destaque nesta terça-feira (8), durante a cerimônia do 6º Prêmio Aeroportos Sustentáveis, promovida pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em Brasília, que reconheceu as melhores práticas ambientais dos operadores diante dos desafios da transição energética e das mudanças climáticas.

Ao todo, 37 iniciativas foram avaliadas no período de 2023/2024, com base em quatro categorias de movimentação de passageiros e três eixos de análise: Sociedade (engajamento social dos aeroportos), Insumos (gestão do consumo de energia, recursos hídricos e resíduos) e Externalidades (gestão de emissões e ruído).

Representando o Ministério de Portos e Aeroportos, a diretora de Sustentabilidade Larissa Amorim destacou o alinhamento técnico e institucional do prêmio com a agenda ambiental do setor aéreo. “O prêmio é a cara da sustentabilidade e mostra toda a vanguarda e iniciativa que o setor aéreo tem nessa pauta. A Anac é sempre muito parceira nas entregas e muito reconhecida pela sua acurácia técnica, pela seriedade na regulação e pelo compromisso com ações sustentáveis. O Aeroportos Sustentáveis é um exemplo claro disso”, completou.

Uma das novidades desta edição foi a certificação automática de critérios relacionados ao programa Airport Carbon Accreditation (ACA), do Conselho Internacional de Aeroportos para América Latina

(ACI-LAC). A parceria com a ACI-LAC reforça o alinhamento dos aeroportos brasileiros às melhores práticas globais em sustentabilidade e descarbonização do setor aéreo.

O Prêmio Aeroportos Sustentáveis integra o Plano de Ação Ambiental 2025–2027 da Anac. Criado em 2013, o programa tem o objetivo de incentivar e reconhecer a evolução da gestão ambiental nos aeroportos do país.

Vencedores da 6ª edição – por categoria e eixo:

Aeroportos até 200 mil passageiros/ano

- * Sociedade: Aeroporto de Maricá – Codemar
- * Insumos: Aeroporto de Campina Grande – Aena Brasil
- * Externalidades: Aeroporto de Macaé – Zurich Airport Brasil

Aeroportos até 1 milhão de passageiros/ano

- * Sociedade e Insumos: Aeroporto de Juazeiro do Norte – Aena Brasil
- * Externalidades: Aeroportos de Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco – Vinci

Aeroportos até 5 milhões de passageiros/ano

- * Sociedade: Aeroporto de Manaus – Vinci; e Florianópolis – Zurich Airport
- * Insumos e Externalidades: Aeroporto de Florianópolis – Zurich Airport Brasil

Aeroportos com mais de 5 milhões de passageiros/ano

- * Sociedade: Aeroportos de Confins – BH Airport; e Salvador – Vinci
- * Insumos: Aeroporto de Salvador – Vinci
- * Externalidades: Aeroporto de Confins – BH Airport

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/07/2025

BRASIL É O SEGUNDO PAÍS EM RANKING COM OS 100 AEROPORTOS MAIS BEM AVALIADOS DO MUNDO

Levantamento da AirHelp Score mostra o Brasil atrás apenas dos Estados Unidos e à frente de países como Japão, Espanha e Reino Unido



Aeroporto Internacional de Brasília está entre os 10 melhores do mundo e aparece na quarta colocação - Foto: Divulgação/Aeroporto de Brasília

O Brasil é o segundo país do ranking internacional dos 100 aeroportos mais bem avaliados do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Segundo levantamento da AirHelp Score, os Estados Unidos aparecem na primeira posição com 27 aeroportos, seguidos pelo Brasil, com 12 aeroportos, e do Japão, que vem na terceira colocação, com 6 aeroportos.

Considerando critérios como pontualidade dos voos, qualidade dos serviços oferecidos aos passageiros e variedade de alimentação e lojas, o Brasil ficou à frente de países como a Espanha, que tem 5 aeroportos, e Arábia Saudita, Noruega e México, com 4 aeroportos cada. A África do Sul, Nova Zelândia e Reino Unido, por sua vez, têm 3 aeroportos cada e a Austrália, a Colômbia, a Suécia, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul e Polônia aparecem com 2 aeroportos na lista dos 100 do ranking.

O Aeroporto Internacional de Brasília está entre os 10 melhores do mundo e aparece na quarta colocação. Na lista dos 100 melhores aparecem também o Aeroporto Internacional de Belém (PA), Aeroporto Santos Dumont (RJ), Aeroporto Internacional de Fortaleza (CE), Aeroporto do Galeão (RJ), Aeroporto Internacional de Curitiba (PR), Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes (PE), Aeroporto Internacional Guarulhos (SP), Aeroporto de Congonhas (SP), Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC), Aeroporto Internacional de Viracopos (SP) e Aeroporto Internacional de Confins (MG).

No Brasil, a Secretaria de Aviação Civil realiza pesquisa anual que analisa os aeroportos do País, considerando aspectos da prestação dos serviços, como pontualidade, inovação e acessibilidade. A pesquisa da SAC orienta também programas para modernização dos aeroportos brasileiros e melhoria na gestão operacional e infraestrutura dos aeroportos no país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/07/2025

ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL GARANTE RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO ETANOL DE MILHO COMO COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL PARA AVIAÇÃO

Brasil avança na liderança global na produção de combustíveis sustentáveis; medida abre portas para novos mercados, geração de empregos e descarbonização do setor aéreo



Atuação do Governo Federal garante reconhecimento internacional do etanol de milho como combustível sustentável para aviação - Foto: Anac

A atuação técnica e coordenada do Governo Federal, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), garantiu ao Brasil um importante reconhecimento internacional: a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) aprovou oficialmente o uso do etanol produzido a partir do milho de segunda safra, o milho-safrinha, como matéria-prima sustentável para a produção de combustível sustentável de aviação, o SAF (Sustainable Aviation Fuel).

O reconhecimento foi aprovado durante a 13ª Reunião do Comitê de Proteção Ambiental da Aviação (CAEP), realizada no último dia 4 de julho, e marca um avanço estratégico para o Brasil. A decisão chancela o modelo agrícola de múltiplas culturas, sem necessidade de expansão de área plantada ou conversão de uso da terra, consolidando o país como protagonista na transição energética do setor aéreo global.



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reforçou a importância estratégica do SAF durante encontro em junho com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Emmanuel Macron, da França. “Esse novo combustível do futuro é uma prioridade da nossa política de sustentabilidade. Temos um enorme potencial para liderar esse mercado”, afirmou.

A coordenadora de Serviços Aéreos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Rafaela Côrtes, destaca que o Brasil tem intensificado os investimentos públicos e os esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados ao SAF. “Em 2024, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do programa ‘Política com Ciência’, do MCTI [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação], estruturamos a Rede Brasileira de Pesquisa em Combustível Sustentável para Aviação (RBPSAF). Foram destinados R\$ 12 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para a iniciativa. O trabalho dos pesquisadores é essencial para respaldar tecnicamente a atuação do governo brasileiro junto à OACI”, ressaltou.

A conquista é fruto de uma ampla articulação entre a Anac e instituições de excelência como Embrapa, Unicamp e Fundação Getulio Vargas (FGV), com apoio dos Ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores. O esforço conjunto comprovou que a produção de etanol a partir do milho-safrinha é ambientalmente viável, com significativa redução da pegada de carbono, sem comprometer a segurança alimentar ou aumentar a pressão sobre o uso do solo.

Produção sustentável

A aprovação incluiu ainda a validação dos valores de intensidade de carbono dessa rota de produção, fortalecendo o compromisso do Brasil com práticas agrícolas sustentáveis e eficientes. A tecnologia Ethanol-to-Jet, que converte etanol em SAF compatível com a infraestrutura aeroportuária e aeronaves atuais, torna o modelo economicamente viável e atrativo para investidores nacionais e internacionais.

Com clima favorável, domínio tecnológico e vasta experiência na produção de biocombustíveis, o Brasil ocupa agora uma posição privilegiada no cenário internacional de SAF. A aprovação da metodologia brasileira representa um passo decisivo na construção de uma cadeia produtiva sustentável e certificada, capaz de gerar empregos qualificados, atrair investimentos e impulsionar uma economia de baixo carbono.

Essa medida está alinhada ao Programa Nacional do Combustível Sustentável de Aviação, instituído pela Lei do Combustível do Futuro (Lei nº 14.993/24), que estabelece metas progressivas para a descarbonização do setor aéreo, começando com a redução de 1% nas emissões em 2027 e alcançando 10% até 2037.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/07/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – IMPULSO AO MERCADO DE TRABALHO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O lançamento do Programa Trampolim pelo Governo de São Paulo, em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes nessa terça-feira, dia 9, representa um importante esforço para mitigar um dos desafios persistentes do mercado de trabalho: o desencontro entre a qualificação da mão de obra e as demandas do setor produtivo. A plataforma digital, que integra poder público, empresas e associações, surge como uma ferramenta promissora para impulsionar a geração de empregos e a capacitação profissional em todo o estado.



A funcionalidade central do Trampolim reside em sua capacidade de conectar empregados e empregadores, com 1.700 vagas já disponíveis e acesso liberado para todas as cidades. Contudo, o programa transcende a mera oferta de postos de trabalho. A inclusão de mais de 6.700 cursos profissionais, juntamente com serviços de orientação de carreira, elaboração de currículos e preparação para entrevistas, demonstra uma abordagem sistêmica para o desenvolvimento do profissional.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Jorge Lima, explicou que o Trampolim atua como uma matriz que sinergiza a qualificação, o interesse das pessoas e as vagas oferecidas pelas empresas. A conexão com outros programas de empregabilidade do estado, como o Qualifica SP e o Caminhões da Capacitação, e a parceria com instituições como Sebrae, Senai e Senac, fortalecem a oferta contínua de cursos e talentos.

A fala do secretário, “qualificar não é um resultado que eu gosto de medir. Tem que qualificar, mas tem que empregar”, é um ponto crucial. Essa percepção alinha a qualificação diretamente à empregabilidade, reconhecendo que a formação profissional deve ter um impacto direto na inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

A importância de ações do poder público como o projeto Trampolim é inegável em um mercado de trabalho que evolui rapidamente. O papel do governo em atuar como facilitador, ao criar uma plataforma que facilita a qualificação da mão de obra e a identificação das vagas oferecidas no mercado, é essencial. Essa ponte entre a demanda das empresas por profissionais qualificados e a oferta de trabalhadores em busca de oportunidades reduz ineficiências e impulsiona o desenvolvimento econômico local.

A plataforma também foi concebida para o desenvolvimento de políticas públicas municipais, permitindo o acesso a dados sobre empregabilidade e o mapeamento das características das economias locais. Essa capacidade de análise é valiosa para que as cidades possam direcionar suas ações de forma mais assertiva, identificando suas vocações e as necessidades de qualificação específicas de cada região. A adesão das prefeituras e empresas é fundamental para o sucesso e a abrangência do projeto.

Neste cenário, o Programa Trampolim representa um avanço importante na forma como o poder público busca intervir no mercado de trabalho. Ao focar na integração, na qualificação orientada para a empregabilidade e na análise de dados, o Governo de São Paulo dá um passo significativo para fortalecer a economia e gerar oportunidades para a população.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - SC, RS, PR E MS DEFENDEM LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE SEUS TERRITÓRIOS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

FERROSUL

Os governos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul querem implantar uma ligação ferroviária entre seus estados, a Ferrosul. Com esse objetivo, nessa terça-feira, dia 8, seus governantes criaram uma comissão oficial para tratar do projeto e participar do debate nacional sobre a renovação das concessões ferroviárias. A ideia é que o grupo analise a malha ferroviária dos quatro estados e elabore uma proposta de traçado para o Ferrosul. A ação é capitaneada pelo governador de Santa Catarina, Jorginho Mello.

ESFORÇO CONJUNTO

Segundo Mello, “vamos criar uma comissão técnica agora, formada pelos quatro estados, de forma legalizada. Baseada em uma carta, dizendo a intenção dos quatro governadores em trabalhar esse assunto de forma conjunta. Só assim nós entendemos que vamos de uma vez por todas fazer o assunto andar”.

MALHA REDUZIDA

Presente no lançamento da comissão, nessa terça-feira, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, destacou a situação da malha ferroviária gaúcha. “O Rio Grande do Sul assistiu ao longo das últimas décadas desativações de trechos da rede ferroviária, que significaram reduzir a funcionalidade desses trechos a 25% da malha originalmente estabelecida. De quase 4 mil quilômetros de rede ferroviária, menos de 900 quilômetros ali estão com capacidade operacional”, disse Leite.

ESTREIA

A VLI, companhia que opera ferrovias, portos e terminais, fará sua primeira operação como Agente Transportador Ferroviário de Cargas (ATF-C), com o transporte de carga geral em composições próprias na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), concessão da Vale. A operação, autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), será acompanhada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT, o órgão regulador) e envolve o investimento de cerca de R\$ 600 milhões na aquisição de 50 locomotivas e 1.040 vagões e em adequações para o transporte, além da contratação de mais de 700 pessoas em Minas Gerais e no Espírito Santo.

ATUAÇÃO DIRETA

Até então, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, o transporte de carga geral era feito por locomotivas e maquinistas da Vale, em fluxos com origem e destino no sistema portuário do Espírito Santo. Com a mudança de formato, profissionais e material rodante da VLI poderão prestar diretamente o serviço para carga geral ao longo da EFVM. A estimativa é de que a estruturação completa ocorrerá até o segundo semestre do próximo ano. Anualmente são transportadas cerca de 22 milhões de toneladas de carga de clientes da VLI na EFVM.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/07/2025

NACIONAL - GOVERNO DETALHA PROGRAMA QUE PROJETA R\$ 4,5 BI EM NEGÓCIOS NOS AEROPORTOS

Investe + Aeroportos flexibiliza regras para atrair empreendimentos comerciais e transformar terminais em polos de desenvolvimento

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



“O Investe + Aeroportos dialoga com a agenda econômica e de desenvolvimento do país”, disse o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante o evento em São Paulo

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou na terça-feira (8), em São Paulo, detalhes do programa Investe + Aeroportos a investidores e players do ramo aeroportuário brasileiro. A iniciativa visa estimular a geração de receitas nos aeroportos concedidos à iniciativa privada, transformando os terminais em plataformas para diferentes empreendimentos comerciais. A apresentação ocorreu na

sede da XP Investimentos e contou com a presença do ministro Silvio Costa Filho, do secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, e de executivos, CEOs e diretores que atuam no setor.

O Investe + Aeroportos é um programa do MPor voltado à atração de investimentos com foco em emprego, renda e modernização da infraestrutura dos aeroportos. A iniciativa tem como base a Portaria nº 93/ 2020, do antigo Ministério da Infraestrutura, que regulamenta os contratos de cessão de uso de área em sítios aeroportuários. A proposta agora é flexibilizar essa norma, permitindo que as concessionárias fechem contratos com prazos mais longos, o que facilita a amortização dos investimentos realizados.



Entre 2023 e 2025, já foram aprovados 19 projetos com base nessa portaria, somando cerca de R\$ 4,5 bilhões em investimentos. Os dados constam de infográfico divulgado pelo Ministério. Os destaques entre os empreendimentos aprovados incluem shoppings centers e galpões logísticos, ambos com previsão de R\$ 1,6 bilhão em aportes; unidades de fornecimento de energia, com R\$ 340 milhões; um complexo hospitalar de R\$759,1 milhões; e uma escola americana, esmada em R\$117 milhões.

Entre os exemplos de empreendimentos comerciais viáveis dentro dos aeroportos concedidos estão hotéis e hospitais, centros de convenções, casas de espetáculo, unidades de energia e estabelecimentos de ensino. O MPor também incluiu como novas diretrizes a expansão do programa para concessões estaduais e municipais, além da modernização da própria Portaria nº 93/2020.

“O Brasil tem grandes hubs logísticos, e é por isso que estamos revisando a Portaria 93: para oferecer mais segurança jurídica e previsibilidade aos investidores”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho. “O Investe + Aeroportos dialoga com a agenda econômica e de desenvolvimento do país”, completou.

Durante o evento, o secretário Tomé Franca reforçou a importância de reconhecer o potencial dos aeroportos além das funções tradicionais. “Apresentar o programa para quem movimenta o setor mostra que este Ministério reconhece o potencial dos aeroportos para além das atividades próprias de um terminal aéreo, como embarque e desembarque de passageiros e cargas. Será possível ter nos nossos aeroportos empreendimentos como shoppings, centros de convenções, hotéis, terminais logísticos, complexos hospitalares, entre outras iniciativas que vão trazer mais desenvolvimento, empregos e oportunidades”, declarou.

Clusters

Além da ampliação da base legal e das oportunidades comerciais, o programa prevê o desenvolvimento de clusters logísticos aeroportuários, com potencial de atração de indústrias leves, centros de distribuição e serviços. Também está no horizonte a utilização dos aeroportos como âncoras do desenvolvimento regional, especialmente nas regiões Norte e Nordeste; a ampliação da intermodalidade com ligação a portos secos e retroáreas logísticas; e a adoção de tecnologias preditivas, como inteligência artificial, para inovação em projetos de logística aeroportuária.

A proposta de modernização está em consulta pública até o próximo dia 13, por meio da plataforma Participe + Brasil (www.gov.br/participamaisbrasil). Qualquer cidadão pode apresentar sugestões para o aprimoramento do programa. As contribuições serão avaliadas pela equipe técnica da Secretaria Nacional de Aviação Civil e, se aprovadas, integrarão a nova regulamentação. Em seguida, será elaborada uma análise de impacto regulatório para avaliar a qualidade da norma. A expectativa é de que a nova regra entre em vigor em setembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

NACIONAL - INFRAERO E CAXIAS DO SUL AVANÇAM EM PARCERIA PARA AMPLIAR E MODERNIZAR AEROPORTO

Protocolo firmado com a prefeitura da cidade gaúcha prevê análise técnica, capacitação e plano de expansão futuro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) e a Prefeitura de Caxias do Sul (RS) celebraram na última semana um protocolo de intenções de discussões e estudos para o desenvolvimento do Aeroporto Regional Hugo Cantergiani. O documento foi assinado na sede da companhia, em Brasília (DF).

O protocolo prevê a realização de estudos técnicos e econômico-financeiros para avaliação das condições do aeroporto, o levantamento de informações e projetos de modernização da

infraestrutura aeroportuária e diagnóstico de melhorias na gestão e na operação aeroportuária, além de análise para capacitação de pessoal técnico e operacional.

Segundo a Infraero, o acordo leva em conta a expertise da empresa no desenvolvimento e gestão de aeroportos em âmbito nacional e o fato de a Companhia ser um importante elo de implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da aviação civil.

A iniciava visa apresentar um plano de desenvolvimento para o aeroporto regional, contemplando expectativas de planejamento de curto, médio e longo prazos, a princípio dentro de um prazo de 12 meses, que pode ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

Assinaram o acordo o presidente da Infraero, Rogério Barzellay, o diretor de Finanças, Guilherme Sanches Ribeiro, e pelo prefeito de Caxias do Sul, Adiló Didomenico (PSDB).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

NACIONAL - AGÊNCIAS ALERTAM PARA QUEDA DRÁSTICA DE ORÇAMENTO E RISCOS À FISCALIZAÇÃO

Com perdas de até 65% nos últimos dez anos, entidades pedem medidas urgentes para evitar paralisação de serviços essenciais

Da Redação redacao.jornal@redenews.com.br



Durante o debate, parlamentares admiram o risco de colapso das atividades regulatórias e defenderam medidas emergenciais para a recomposição orçamentária das agências

Representantes de diversas agências reguladoras participaram, na terça-feira (8), de audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado para discutir a situação crítica de financiamento que enfrentam. Com perdas acumuladas de até 65% em seus orçamentos — em valores corrigidos pela inflação — nos últimos dez anos, as entidades

alertaram para impactos severos na prestação de serviços públicos essenciais à população, como fiscalização, atendimento ao consumidor, inovação tecnológica e segurança.

Durante o debate, parlamentares reconheceram o risco de colapso das atividades regulatórias e defenderam medidas emergenciais para a recomposição orçamentária das agências. O presidente da comissão, senador Marcos Rogério (PL-RO), afirmou que “a fiscalização de combustíveis, por exemplo, é uma questão espinhosa. Precisamos buscar alternativas junto ao TCU para mediar a recomposição orçamentária, pelo menos de forma parcial, para garantir a continuidade dos serviços essenciais”.

O diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauro Henrique Sousa, alertou que a escassez de equipe e os sucessivos cortes orçamentários colocam em risco a fiscalização de barragens em todo o país. O senador Marcos Rogério destacou que tragédias recentes no Brasil ocorreram justamente por falhas nessa área.

Situação semelhante foi relatada pelo diretor-geral substituto da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Bruno Caselli. Com mais de duas décadas de atuação, ele afirmou nunca ter presenciado cortes tão severos. A agência perdeu R\$ 35 milhões de seu orçamento, o que levou à suspensão ou redução de programas estruturantes, como o Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC), contratos de levantamento de preços e parcerias com a Marinha. “Com a suspensão do PMQC, por exemplo, cerca de 40 mil ensaios mensais deixarão de ser realizados”, alertou.

Representando o Tribunal de Contas da União (TCU), Alexandre Figueiredo, da Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações, reforçou o diagnóstico. Segundo ele, a precarização orçamentária e de pessoal compromete os resultados regulatórios e a atuação das agências. Figueiredo lembrou que, após decisões do próprio TCU, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) obteve maior autonomia financeira formal, mas ainda enfrenta dificuldades para executar seu orçamento na prática.

O senador Laércio Oliveira (PP-SE), autor de dois projetos voltados à autonomia financeira das agências reguladoras (PLP 73/2025 e PL 1374/2025), também participou da audiência e classificou a situação como insustentável. “É inaceitável que as agências reguladoras, que prestam serviços fundamentais ao país, estejam à beira da paralisação por falta de recursos”, criticou. Segundo ele, haverá uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tentar acelerar a tramitação das propostas, com o apoio de senadores presentes à audiência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

NACIONAL - CORTES PARALISAM AÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES, ENERGIA E TRANSPORTES

As restrições orçamentárias impostas às agências reguladoras já provocam a suspensão de programas, redução de equipes e adiamento de projetos em diferentes setores.

Na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a conselheira substituta Cristiana Camarate afirmou que a redução de 25% no orçamento inviabilizou investimentos no programa Norte Conectado e no canal “Anatel Consumidor”. Houve também o adiamento de projetos voltados à proteção de dados, aquisição de drones e combate à pirataria. “O impacto é direto no atendimento ao cidadão e na capacidade de resposta da agência”, relatou.

O diretor substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Roberto Honorato, informou que o orçamento da agência caiu de R\$ 120 milhões para R\$ 90 milhões em 2025. A redução afetou desde a aplicação de provas para pilotos até a fiscalização e certificação de operadores, que sofreram corte de 60%. “O corte orçamentário compromete diretamente nossa capacidade de atuação, e o repasse do ministério tem sido fundamental para mitigar os impactos”, disse.

A diretora substituta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agnes Maria Aragão, destacou que a falta de recursos compromete a atuação da ouvidoria, a fiscalização presencial, a participação pública e os repasses para agências estaduais. Já há impacto direto em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. “A interrupção dos atendimentos e a suspensão de inovações tecnológicas são apenas parte do impacto”, frisou.

Déficit

Na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a diretora-geral substituta Flávia Takafashi informou que o déficit ultrapassa R\$ 14 milhões, mesmo após desbloqueios parciais e apoio financeiro do Ministério de Portos e Aeroportos. “Não temos orçamento nem para compra de computadores para novos servidores”, lamentou. Segundo ela, a situação afeta leilões, ações de fiscalização e a própria infraestrutura da agência.

O diretor substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz, também mencionou dificuldades estruturais. Embora o Ministério dos Transportes tenha repassado R\$ 10 milhões emergencialmente, a agência precisou reorganizar seus processos internos. “A reorganização interna impacta diretamente no prazo de análise e na segurança jurídica dos investimentos”, afirmou. Há ainda risco de demissão de equipes terceirizadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

REGIÃO SUDESTE - SP LANÇA PLATAFORMA PARA IMPULSIONAR ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Trampolim reúne vagas, cursos e serviços de orientação profissional; ideia é integrar prefeituras, empresas e trabalhadores em políticas locais de desenvolvimento

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebnews.com.br



O Trampolim faz uma conexão com os demais programas de empregabilidade do estado, como o Qualifica SP, o Caminhões da Capacitação e o recém-sancionado SuperAção SP

Em cerimônia realizada no Palácio dos Bandeirantes, o governo de São Paulo lançou, na terça-feira (8), o Programa Trampolim. A plataforma visa impulsionar a geração de empregos e oferecer capacitação em todo o estado. A iniciativa vai integrar empresas do setor privado, associações e poder público em uma plataforma digital criada com o objetivo de facilitar o

recrutamento e seleção de profissionais com qualificação, e promover o desenvolvimento econômico local inclusivo.

Conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Trampolim conecta empregados e empregadores por meio de um site que já entra em vigor com 1.700 vagas disponíveis e acesso liberado para todas as cidades, empresas e profissionais em busca de oportunidades no mercado de trabalho. A plataforma também oferece mais de 6.700 cursos profissionais de diferentes áreas, além de serviços de orientação de carreira, elaboração de currículos e preparação para entrevistas.

A iniciativa realiza uma conexão com os demais programas de empregabilidade do estado, como o Qualifica SP, o Caminhões da Capacitação e o recém-sancionado SuperAção SP. A rede parceira que alimenta a plataforma também conta com instituições como Sebrae, Senai e Senac, além de centros de qualificação, associações setoriais e organizações sociais. Segundo o governo, essa integração permite a oferta contínua de novos cursos, capacitações e talentos prontos para o mercado.

“Nós temos uma série de programas em qualificação. Sebrae, Senai, Senac... Então, você já tem uma pulverização. A outra pulverização são as prefeituras. As vagas surgem em cada município e está em cima da vocação dele. E a outra ponta são as empresas, que também questionam a falta de mão de obra. Esse é um arcabouço que vai trabalhar com todas as ferramentas, de todo mundo”, explicou o secretário de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Jorge Lima.

Segundo ele, o Trampolim é um site que congrega todos os serviços de qualificação e empregabilidade que existem no mercado. “Ele é uma matriz que sinergiza três grandes pilares: a qualificação, as pessoas que têm interesse e as empresas para sugerir vagas.”



Segundo o secretário Jorge Lima, o Trampolim “é uma matriz que sinergiza três grandes pilares: a qualificação, as pessoas que têm interesse e as empresas para sugerir vagas”

Para o secretário, qualificar por si só não basta. “Qualificar não é um resultado que eu gosto de medir. Tem que qualificar, mas tem que empregar. Você não pode estar qualificando 1 milhão de pessoas e empregando 10. Queremos qualificar e fazer a empregabilidade via vaga das empresas.”

Além de atuar no apoio às empresas e profissionais, a plataforma também é pensada para o desenvolvimento de políticas públicas municipais, com o acesso a dados sobre empregabilidade e mapeamento das características das economias locais, que devem ajudar no direcionamento da atuação das cidades. “Qualquer prefeitura pode aderir, pra colocar os dados de vocação dela, formar o perfil da cidade. As empresas também precisam aderir pra divulgar as vagas. A partir de amanhã, vamos estar trabalhando pra correr atrás de parcerias para o projeto”, destacou Lima.

Para as empresas, o Trampolim permite o cadastro gratuito de vagas e a definição dos perfis desejados, além do acesso a uma base de profissionais qualificados e em desenvolvimento. Instituições de ensino, associações e entidades do terceiro setor também podem utilizar a plataforma para promover suas iniciativas.

SuperAção SP

Na mesma ocasião, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou os projetos de lei que instituem o programa SuperAção SP, voltado ao combate à pobreza no estado, e a criação da carreira de Especialista Social na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS). Com investimento inicial de R\$500 milhões para operacionalização, o SuperAção SP reúne 29 políticas públicas de diferentes secretarias em uma jornada completa de atendimento às famílias. A primeira etapa do programa vai beneficiar 105 mil famílias, mapeadas com base nos dados do CadÚnico em municípios convidados a aderir à iniciativa.



CEO do Brasil Export apoia iniciativas

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, esteve no Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista, para a cerimônia de lançamento do programa Trampolim e de sanção do projeto de lei que cria o programa SuperAção SP. “Iniciativas que mostram um governo atento às necessidades reais da população”, escreveu Julião em uma postagem no Instagram. Em um vídeo publicado na mesma rede social, ele aparece recebendo um abraço do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

REGIÃO NORDESTE - GESTÃO DA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO SERÁ TRANSFERIDA ATÉ O FIM DE JULHO

Descentralização visa acelerar a retomada da navegação no Velho Chico, que está parada há mais de dez anos

Por GABRIELA LOUSADA gabriela.lousada@redebeneews.com.br



Para o MPor, a descentralização da gestão da hidrovia do São Francisco permitirá que a Codeba assuma os estudos técnicos, ambientais e econômicos necessários para reativá-la

Paralisada há mais de uma década devido ao assoreamento, a Hidrovia do São Francisco terá sua gestão transferida do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para a Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba). A mudança, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), deve ocorrer ainda neste mês de julho, e tem como objetivo dar mais agilidade ao projeto da Nova

Hidrovia do São Francisco, que prevê a retomada da navegação entre os municípios de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA)/Petrolina (PE).

“A transferência da gestão da Hidrovia do São Francisco para a Codeba está alinhada com a política nacional de fomento à navegação interior, que busca ampliar a eficiência da gestão pública e valorizar ativos logísticos com alto potencial de desenvolvimento regional”, explicou Otto Luiz Burlier, diretor do Departamento de Navegação e Fomento da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação do MPor.

A descentralização permitirá que a Codeba assuma os estudos técnicos, ambientais e econômicos necessários para reativar a hidrovia. “A descentralização contribui para acelerar estudos técnicos, fortalecer a governança regional e impulsionar a retomada da navegação no São Francisco, com ganhos logísticos e institucionais”, afirmou Burlier.

Segundo o MPor, a proposta partiu da própria Codeba, que já tem histórico na operação da hidrovia. “A Codeba possui histórico de gestão da hidrovia, entre 1990 e 2007, e apresentou ao Governo Federal proposta estruturada para reassumir sua operação”, destacou o diretor.

Segundo ele, a decisão se mostrou estratégica por “razões técnicas, logísticas e institucionais”. “A Codeba já possui presença territorial consolidada na Bahia e está estruturando a implantação de escritórios regionais em Juazeiro e Ibotirama”, acrescentou.

LEIA TAMBÉM: Nova hidrovia ligará Minas a Pernambuco pelo São Francisco

A descentralização também viabiliza a estruturação de um modelo de concessão ao setor privado, em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). “As tratativas entre Codeba e Antaq já estão em curso, com o objetivo de antecipar etapas e garantir maior agilidade à modelagem da concessão”, disse Burlier.

O diretor do MPor ainda reforçou que o DNIT continuará exercendo papel relevante na política pública de hidrovias. “Mesmo diante de restrições orçamentárias, o DNIT tem mantido investimentos relevantes na Hidrovia do São Francisco, como a operação e manutenção da eclusa de Sobradinho (BA). A descentralização, portanto, não substitui a atuação do DNIT, mas a complementa.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

REGIÃO NORDESTE - PORTO PIAUÍ CONCLUI CAIS E NEGOCIA OPERAÇÃO DE CARGUEIROS JÁ PARA ESTE ANO

Investimento público de R\$ 600 milhões atrai mais de R\$ 2 bilhões em projetos privados para terminal em Luís Correia

Da Redação redacao.jornal@redbenews.com.br

Chamada de cais multipropósito, a estrutura permite a movimentação de diferentes tipos de carga no mesmo espaço e pode receber cargueiros de até 10 mil toneladas na fase inicial



O Governo do Estado concluiu, em 14 meses, o cais do Porto Piauí, em Luís Correia, no litoral piauiense. A estrutura está localizada na foz do Rio Igarauçu, um dos braços do Rio Parnaíba, e tem 150 metros de comprimento e 16 pontos de amarração para a atracação das embarcações.

Chamado de cais multipropósito, a estrutura portuária permite a movimentação de diferentes tipos de carga no mesmo espaço e pode receber navios cargueiros de até 10 mil toneladas nessa fase inicial, que será

expandida para até 45 mil toneladas, aumentando a flexibilidade operacional do terminal. O porto abrigará terminais pesqueiro, de cargas gerais, de grãos, de minérios e de hidrogênio e amônia verdes.

O presidente da Companhia Porto Piauí, Raimundo Dias, informou que a estatal, criada para administrar o local, está conversando com empresas e investidores para começar a operar. Segundo ele, o porto deve começar a receber navios cargueiros ainda em 2025.

Dentre os requisitos ambientais e de segurança que a Porto Piauí precisa seguir para começar a operar está a homologação da Marinha do Brasil, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Semarh), que deve sair nos próximos 60 dias.

Investimento público atrai empreendimentos privados

A inauguração oficial do cais do Porto Piauí ocorreu no dia 5 de maio de 2025, com a presença do governador Rafael Fonteles e do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Há mais de 60 anos o Piauí vivia a expectativa de ganhar um terminal marítimo.

Com o cais pronto, o cronograma avança para a urbanização interna, que inclui o cercamento da área do cais e da sede da Porto Piauí, a pavimentação e instalação de sistemas de vigilância, rede elétrica e iluminação. As frentes de serviço já começam agora em julho. Ao mesmo tempo, técnicos medem a profundidade e instalam a sinalização do canal para liberar primeiro as rotas costeiras e, depois, as internacionais.

Além dos R\$ 200 milhões, há outros R\$ 400 milhões no orçamento de 2025/2026 para ampliar o píer, dragar mais o canal e instalar equipamentos de apoio à operação

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/07/2025

REGIÃO NORDESTE – EMPRESA VENCE LICITAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA VIABILIZAR HIDROGÊNIO VERDE NO PECÉM

Secretário nacional de Portos acredita que modelo está bem estruturado e aposta em grande concorrência no leilão

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com a Rina, o projeto foi criado a partir de um estudo abrangente de avaliação hídrica para garantir água industrial para a produção do hidrogênio no Complexo do Pecém

A Rina, empresa global de consultoria, inspeção e certificação em engenharia, garantiu uma licitação junto ao Banco Mundial para promover a produção de

hidrogênio verde no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará. A instituição financeira vai financiar o projeto, dentro das matrizes de acelerar a transição energética no Brasil.

De acordo com a empresa, o projeto foi criado a partir de um estudo abrangente de avaliação hídrica para garantir água industrial para a produção do hidrogênio no Pecém.

O projeto não apenas apoiará a inovação industrial, mas também contribuirá para a equidade socioambiental, melhorando o acesso à água para comunidades vizinhas no estado do Ceará.

Para apoiar a produção de hidrogênio verde em larga escala, o estudo explora duas estratégias principais de abastecimento de água: reúso de efluentes tratados de estações de tratamento de esgoto na região oeste de Fortaleza e dessalinização da água do mar. Ambas as opções serão avaliadas quanto à sua viabilidade técnica, econômica, impacto ambiental e compatibilidade com a infraestrutura e regulamentação locais.

O estudo de avaliação da água, a ser entregue pela Rina em parceria com a empresa local Krypton, fornecerá um estudo de viabilidade comparativo entre reutilização de água recuperada e dessalinização de água do mar. Uma análise detalhada do impacto ambiental avaliação da demanda de água no Complexo do Pecém nos próximos cinco a dez anos, alinhada ao crescimento industrial previsto também integra o pacote, além de uma avaliação regulatória e de infraestrutura, garantindo a conformidade com as normas brasileiras e o uso eficaz dos sistemas hídricos existentes.

O estudo também avaliará como a infraestrutura proposta poderia melhorar o acesso à água para as comunidades vizinhas, garantindo que o progresso industrial contribua para uma sustentabilidade regional mais ampla.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

MP DE COMPENSAÇÃO DO IOF SEGUIRÁ SEPARADA DO PROJETO DE ISENÇÃO DO IR, DIZ RELATOR

Carlos Zarattini (PT-SP) disse que presidente Hugo garantiu manutenção de texto

Por **Victoria Abel — Brasília**



O relator da medida provisória que apresenta iniciativas de ajuste fiscal, para a compensação de perda de receita com a queda do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Carlos Zarattini (PT-SP), disse que a MP não será misturada com o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, como havia sido cogitado por Arthur Lira (PP-AL) nesta terça-feira.

Zarattini disse que conversou com Hugo Motta (Republicanos-PB) e que o presidente da Câmara lhe garantia a análise separada de ambas as

matérias.

— Conversei com o presidente Hugo e ele garantiu que os projetos não vão ser misturados — afirmou Zarattini.

Lira afirmou nesta terça-feira que avaliava incluir na mesma proposta de isenção do IR trechos da medida provisória que seria alternativa ao IOF, após pedido do presidente Hugo Motta.

A MP de ajuste fiscal, relatada por Carlos Zarattini, cria cobrança de alíquota de IR para algumas aplicações financeiras, como LCA, LCI, CRA e CRI. A taxa deve ser de 5%.

A proposta do governo, criada para compensar perdas de arrecadação do IOF, também pretende ampliar a taxação das bets de 12% para 18% sobre a receita, além de alterações nas cobranças a fintechs.

Caso os textos permaneçam realmente separados, crescem as chances do projeto de isenção do IR ser votado na comissão especial e plenário na próxima semana.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/07/2025

GALÍPOLO ESTÁ CERTO: DEVE-SE COMBATER A INFLAÇÃO E NÃO A META

Por Míriam Leitão



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em audiência na Câmara dos Deputados — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, está certo, não é porque não se atinge a meta de inflação que se deve mudá-la para ficar mais fácil atingi-la. Isso porque, como pontuou durante audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, a consequência de mudar a meta é a desmoralização, a perda de credibilidade do próprio Banco Central e da equipe econômica. Galípolo disse ainda que isso

sinaliza que estão aceitando um pouco mais de erosão do poder de dinheiro. A inflação é perda de poder de dinheiro, é uma realidade que a gente aprendeu a duras penas na nossa hiperinflação. Então, a inflação baixa é importante para todo mundo, principalmente para os mais pobres, e é importante para a organização das contas do governo.

Quando Galípolo fala em três anos de inflação acima da meta, justificando a política monetária contracionista, ele se refere ao fato de, no ano passado, o Brasil não ter cumprido a meta, o que o obriga a escrever uma carta ao Ministério da Fazenda explicando as razões que levaram o IPCA ficar acima do teto estabelecido. Esse protocolo terá que ser repetido agora em julho, já que a inflação continua acima dos parâmetros estabelecidos. Essa segunda carta, em seis meses, é necessária porque mudou a forma de aferição da meta. O alvo, que era traçado anualmente, agora vale pelo período de três anos e prevê que a cada seis meses acima do teto cabe ao Banco Central prestar esclarecimentos. Isso é bom para alertar e fazer todos refletirem melhor sobre a política monetária e a política fiscal. A projeção do presidente do BC é que este ano a meta não será cumprida e permanece risco, apesar de menor, para 2026.

Há economistas de banco revendo as projeções de inflação para baixo, como mostramos aqui no blog. Para este ano, continua em torno de 5%, já foi bem maior, mas o fato é que mesmo com o arrefecimento da taxa, ela ainda se encontra meio ponto acima do teto da meta. E o BC não mora o teto, mas o centro, que é 3%. Para 2026, já há estimativas dentro do intervalo de tolerância, que vai até 4,5%. Mas, o fato é que a fala de Galípolo está absolutamente certa: deve-se combater a inflação e não a meta.

Em momentos muito emergenciais, essa meta até foi elevada, como foi em 1999. Mas não se pode perder de vista a importância dessa política e do seu sucesso, porque mesmo que se descumpra a meta, o objetivo permanece e isso dá mais disciplina a todos os envolvidos, governo e Banco Central. Não se mede o sucesso da meta, por quantas vezes chegou ao centro. Se mede o sucesso da meta, levando em conta que, de 1999 para cá, o Brasil já passou por vários choques, momentos de grande emergência e a inflação foi a dois dígitos e voltou. E voltou por quê? Por causa da meta.

A meta tem o poder de organizar as expectativas de todo mundo, as pessoas, as famílias, o governo, o Banco Central, os agentes econômicos, em uma mesma direção. Essa é uma política bem sucedida de combate à inflação para um país que tem um passado tão dramático, quando a inflação chegou a mais de 5.000%, e a gente viu o quanto isso foi devastador na nossa vida econômica e na nossa vida social.

Caso se optasse por subir a meta, o efeito seria começar a se especular quando e qual seria a próxima alta e isso desorganizaria a coordenação coletiva das expectativas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/07/2025

GALÍPOLO ESCREVERÁ SEGUNDA CARTA EM SEIS MESES PARA JUSTIFICAR INFLAÇÃO FORA DA META: 'ME INCOMODA DEMAIS'

Dado de junho deve confirmar IPCA fora da meta por seis meses consecutivos
Por Bruna Lessa — Brasília



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em sessão solene na Câmara — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, se disse incomodado em precisar escrever a segunda carta consecutiva para justificar o descumprimento da meta de inflação. A carta é uma exigência legal sempre que a inflação ultrapassa os limites da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), atualmente fixada em 3% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

— Nós todos do Copom (Comitê de Política Monetária) estamos bastante incomodados. Eu que já tenho esse começo que me incomoda demais na minha gestão de, em seis meses, ter que escrever a segunda carta de descumprimento da meta. Eu escrevi uma em janeiro e vou ter que escrever agora e provavelmente uma no mês que vem por estar descumprindo a meta — disse o presidente nesta quarta-feira durante participação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Nesta quinta-feira, o IBGE vai divulgar o IPCA de junho. Pela regra atual do sistema de metas de inflação, sempre que o índice passar do teto da meta (4,5%) em 12 meses por seis meses consecutivos, o presidente do BC precisa escrever uma carta para explicar o que houve e dizer quais medidas estão sendo tomadas. Esse sistema começou em janeiro. Até dezembro, a carta era escrita com o fechamento do ano — o que obrigou Galípolo a também escrever uma carta no início do ano pelo descumprimento da meta em 2024.

A declaração ocorre em meio a críticas crescentes sobre a atual taxa de juros, fixada em 15% ao ano. Galípolo mencionou que parte das críticas que chegam ao BC sugerem que a autoridade monetária deveria flexibilizar a meta de inflação. Galípolo, no entanto, reforçou que a meta não é negociável.

— Tenho visto que a maior parte das críticas a elevada taxa de juros de 15% está associada a uma sugestão de que não se devia cumprir a meta. É importante dizer que a meta não é uma sugestão, a meta é 3%, a banda da meta foi criada para você absorver choques.

O presidente do BC também afirmou que nenhum dos presidentes que estiveram à frente da autoridade monetária tem qualquer tipo de satisfação em ver o Brasil com altas taxas de juros.

— Nenhum presidente do BC tem satisfação pessoal em ver o Brasil exibir taxas de juros mais altas, ou qualquer coisa nesse sentido.

Ele também mencionou que o papel da autoridade monetária é operar com a taxa de juros necessária para garantir que a inflação convirja à meta dentro do horizonte relevante.

— O papel do Banco Central é a partir da definição de uma meta colocar a taxa de juros num patamar restritivo suficiente e pelo tempo que for necessário para atingir aquela meta. O Banco Central não vai se desviar nenhum milímetro e nem vai mediar com qualquer outro tipo de busca de objetivo. O Banco Central vai perseguir a meta — afirmou.

O presidente do BC também fez uma defesa contundente da importância de preservar a credibilidade da política monetária e da moeda brasileira.

— Qualquer tipo de flexibilização nesse sentido, o sinal que é dado é de que nós somos um país que está confortável com uma moeda que pode perder mais valor ano a ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/07/2025

ACORDO ENTRE UE E EUA DEVE FIXAR TARIFA MAIOR QUE A IMPOSTA AO REINO UNIDO, DIZ JORNAL

Caso as negociações não solucionem a controvérsia, bloco europeu planeja tarifas sobre produtos americanos no valor de 100 bilhões de euros

Por O GLOBO, Com informações da AFP



União Europeia (UE) quer definir um acordo com os Estados Unidos sobre as tarifas nos próximos dias
— Foto: Bloomberg

Negociadores da União Europeia estão prestes a fechar um acordo comercial com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que deve garantir tarifas mais altas do que as que foram acordadas com o Reino Unido, de acordo com publicação do Financial Times desta quarta-feira. Em maio, os EUA decidiram manter uma tarifa de 10% sobre os produtos britânicos importados, enquanto os ingleses optaram por taxá-los

em 1,8%.

A previsão é que a UE chegue a um acordo com os EUA "nos próximos dias", antes do prazo final de 1º de agosto, afirmou nesta quarta-feira um porta-voz comercial da Comissão Europeia, segundo a AFP.

Os Estados Unidos "mudaram a data limite para finalizar acordos com os países parceiros para 1º de agosto. Nosso objetivo, no entanto, é chegar a um acordo antes desta data, possivelmente até mesmo nos próximos dias", disse o porta-voz Olof Gill.

Data limite

O presidente americano, Donald Trump, determinou que 1º de agosto é a data limite para que os países interessados alcancem um acordo com Washington e que, a partir da data, serão aplicadas tarifas elevadas.

A UE tem pouco tempo para negociar um acordo com os Estados Unidos, para evitar a implementação de tarifas mútuas no grande comércio entre o bloco europeu e Washington. Como

parte do esforço, o comissário europeu do Comércio, Maros Sefcovic, mantém contatos permanentes com funcionários de alto escalão em Washington.

Sefcovic conversou na terça-feira com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, e deve conversar nesta quarta-feira com o Alto Representante de Comércio, Jamieson Greer, segundo Gill. O porta-voz destacou que, embora a UE busque um acordo com Washington, o bloco está preparado para "todos os cenários".

Caso as negociações não solucionem a controvérsia, a UE planeja tarifas sobre produtos americanos no valor de 100 bilhões de euros.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/07/2025

GOVERNO INSISTE EM DECRETO DO IOF EM REUNIÃO COM O CONGRESSO, QUE TERMINA SEM ACORDO

Executivo insiste em manter decreto que elevou alíquotas para arrecadar R\$ 10 bilhões neste ano
Por Manoel Ventura — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta — Foto: Agência O Globo

A reunião entre representantes do governo e do Congresso nesta terça-feira para discutir o impasse em torno da alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi lida por participantes do encontro como um passo para a reabertura do diálogo, mas terminou inconclusiva e manteve divergências entre os Poderes sobre como endereçar o assunto.

O encontro foi chamado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e participaram também o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Advocacia Geral da União, Jorge Messias, e das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, além de líderes governistas.

A expectativa é que ocorram novos encontros nos próximos dias.

— As próximas conversas deverão afunilar as soluções — disse ao GLOBO o presidente da Câmara.

A reunião foi chamada por Motta, em um gesto visto com sinal positivo pelo governo diante do acirramento dos atritos nos últimos dias. O governo levou o tema ao Supremo Tribunal Federal (STF), que marcou para a semana que vem uma audiência de conciliação. Mas a ideia é chegar lá com um acordo encaminhado entre as partes.

Manutenção de decreto

O governo tem insistido que os decretos que elevaram o IOF têm natureza regulatória com consequências fiscais — o último, uma arrecadação de R\$ 10 bilhões neste ano —, e por isso não poderia ter sido derrubado pelo Congresso Nacional. Esse discurso foi enfatizado na reunião desta terça, na Residência Oficial da Presidência da Câmara.

Por essa razão, representantes do governo disseram ser importante insistir no decreto. Outro argumento é, na visão do governo, garantir a prerrogativa do presidente da República em editar decretos desse tipo. São argumentos que devem ser levados ao STF na reunião marcada para o dia 15.

Por outro lado, a cúpula do Congresso tem avisado que novos impostos ou elevação das alíquotas atuais não serão bem recebidos pelos parlamentares e que é possível cortar despesas. Mas não houve, até agora, uma proposta de conciliação.

Já a equipe econômica terá que fechar a menos de duas semanas o relatório de receitas e despesas referente a julho. Esse documento indica se será necessário ou não congelar gastos. E o recado dado pelos representantes do governo é que seria preciso aumentar em R\$ 10 bilhões o congelamento de despesas se não houver uma saída para o IOF — ampliando o bloqueio hoje em R\$ 31,3 bilhões.

O governo editou, em maio, um primeiro decreto elevando o IOF para arrecadar R\$ 20 bilhões neste ano e o dobro disso em 2026. Depois, após uma forte reação negativa do Congresso, publicou outro documento, dessa vez prevendo arrecadar R\$ 10 bilhões em 2025 e R\$ 20 bilhões em 2026. Esses dois decretos foram derrubados pelo Congresso e o governo recorreu ao STF para tentar manter os textos.

O ano de 2026 chega a ser uma preocupação maior para a Fazenda do que este porque a meta fiscal é mais desafiadora: um superávit de 0,25 do PIB (ou R\$ 30 bilhões), no lugar de um resultado zero em 2025. Desse modo, o governo busca uma saída para fechar as contas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/07/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ALCKMIN DIZ NÃO VER RAZÃO PARA AUMENTO DE TARIFAS DOS EUA SOBRE BRASIL: 'É UMA MEDIDA INJUSTA'

Para vice-presidente, Estados Unidos têm problema real de déficit na balança comercial, mas não com o Brasil

Por Flávia Said (Broadcast)

BRASÍLIA - O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse nesta quarta-feira, 9, que não vê "nenhuma razão" para aumento de tarifa dos Estados Unidos em relação ao Brasil.

O presidente americano, Donald Trump, disse mais cedo que uma nova tarifa para o Brasil virá nesta quarta ou quinta-feira, 10, ao responder a uma pergunta sobre cartas estabelecendo tarifas a produtos importados.

"O Brasil não tem sido bom para nós", disse Trump em entrevista à imprensa durante almoço multilateral com líderes africanos na Casa Branca.



O vice-presidente Geraldo Alckmin Foto: Wilton Junior/Estadão

"Eu não vejo nenhuma razão para aumento de tarifa em relação ao Brasil. O Brasil não é problema para os Estados Unidos, é importante sempre reiterar isso", afirmou Alckmin após participar de evento na sede do Mdic, em Brasília. "Os Estados Unidos têm, realmente, um déficit de balança comercial, mas com o Brasil têm superávit".

Alckmin ressaltou ainda que, dos 10 produtos que os EUA mais exportam para o Brasil, oito têm alíquota zero. “Então, é uma medida que, em relação ao Brasil, é injusta e prejudica a própria economia americana, porque você tem uma integração na área comercial”.

Ele exemplificou com o caso do aço, já que o Brasil é o terceiro comprador do carvão siderúrgico americano, fabrica o semielaborado e vende para os EUA, que faz o equipamento elaborado.

“Nós não vamos mudar o tom, o tom tem que ser o mesmo. Nós temos 200 anos de amizade com os Estados Unidos”, prosseguiu o vice-presidente. “Há um universo de possibilidades aí pela frente de win-win, de ganha-ganha”, completou.

Tarifas

Mais cedo, Trump anunciou uma alíquota tarifária de 30% sobre o Sri Lanka. Foi o sétimo país a receber a carta sobre tarifas apenas nesta quarta-feira. O republicano anunciou tarifas para Argélia, Filipinas, Líbia, Iraque, Moldávia e Brunei.

Outros 14 países, dentre eles o Japão e a Coreia do Sul, também já foram notificados com as alíquotas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/07/2025

TRUMP ANUNCIA TARIFA DE 50% SOBRE BRASIL E CITA ‘CENSURA’ A MÍDIAS SOCIAIS DOS EUA

Tarifa vale para todos os produtos brasileiros; presidente americano já havia feito ameaça mais cedo nesta quarta, ao responder pergunta sobre cartas enviadas a países com notificação sobre alíquotas

Por Patricia Lara

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nesta quarta-feira, 9, tarifas de 50% sobre produtos importados do Brasil, com início a partir de 1º de agosto. Mais cedo, ele havia dito que o País não tem sido bom para os EUA e que deveria anunciar novas tarifas sobre produtos brasileiros até quinta-feira, 10.

O republicano argumentou que o nível da taxa se dá por ordens judiciais que “censuram” mídias sociais americanas e inibem a liberdade de expressão de cidadãos dos EUA. Segundo Trump, esses ataques do Brasil partem do Supremo Tribunal Federal (STF).

No documento publicado na Truth Social, o presidente pontua a cláusula de retaliação e ameaça elevar ainda mais as tarifas caso o país responda com medidas semelhantes. “Se por qualquer razão vocês decidirem aumentar suas tarifas, o valor que escolherem será somado ao (valor) que cobramos”, diz o texto.

Mais cedo, ele afirmou que o Brasil “não tem sido bom para nós”. A declaração foi dada em entrevista à imprensa durante um almoço multilateral com líderes africanos na Casa Branca.



O presidente dos EUA, Donald Trump Foto: Evan Vucci/AP

Na noite de terça-feira, 8, ele voltou a defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em publicação em sua rede social Truth Social, o americano classificou novamente as investigações contra Bolsonaro como “caça às bruxas” e pediu que ele seja deixado em paz. Foi a segunda vez em dois dias que Trump saiu em defesa do brasileiro.

“Deixem o Grande ex-presidente do Brasil em paz. CAÇA ÀS BRUXAS!!!”, escreveu. A mensagem citou a primeira publicação de Trump em defesa de Bolsonaro, publicada na segunda-feira, 7. Na ocasião, Trump escreveu que as ações judiciais contra Bolsonaro são ataques políticos e que o Brasil está fazendo algo “terrível” contra o ex-presidente.

Na segunda-feira, 7, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o Brasil é um “país soberano” que não aceita “interferência ou tutela de quem quer que seja”.

Na terça-feira, 8, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que existe um “grau de incerteza” nas declarações do presidente dos Estados Unidos sobre elevação de tarifas que precisa ser avaliada ao longo do tempo. Ele reforçou que o Brasil está focado em promover um trabalho técnico junto ao governo norte-americano.

Mais cartas

Nesta quarta, Trump disse que mais cartas sobre tarifas serão enviadas a parceiros comerciais. Ele repetiu que tem uma boa relação com o presidente da China, Xi Jinping, e que o país está pagando muitas tarifas para os EUA.

Mais cedo, Trump anunciou uma alíquota tarifária de 30% sobre o Sri Lanka. Foi o sétimo país a receber a carta sobre tarifas apenas nesta quarta. O republicano anunciou tarifas para Argélia, Filipinas, Líbia, Iraque, Moldávia e Brunei.

Outros 14 países, dentre eles o Japão e a Coreia do Sul, também já foram notificados com as alíquotas desde o início da semana.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/07/2025

‘DIÁLOGO ESTÁ ABERTO, AS COISAS VÃO SERENAR E VAMOS BUSCAR OPÇÕES’, DIZ LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA

Mas, segundo Jose Guimarães, por enquanto, não há nada concreto, apenas a boa vontade de retomar as conversas

Por Pepita Ortega (Broadcast)

BRASÍLIA — O líder do governo na Câmara dos Deputados, Jose Guimarães (PT-CE), afirmou ao Estadão/Broadcast nesta quarta-feira, 9, que mesmo que nada tenha sido definido na reunião de ontem, com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), “todos concordaram em reabrir o diálogo”.

“O diálogo está aberto, as coisas vão serenar e vamos buscar alternativas”, afirmou à reportagem. Questionado sobre quais poderiam ser as alternativas, o líder indicou: “não tem nada resolvido ainda, vamos aguardar”.



Deputado Jose Guimarães (PT/CE), líder do governo na Câmara Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados

Fontes relataram ao Estadão/Broadcast que o governo ressaltou a Motta, durante a reunião, que não abrirá mão dos termos do decreto que aumentou as alíquotas do IOF.

A fala de Guimarães repete a indicação feita por Motta na esteira da reunião, no sentido de que o Executivo e o Legislativo estão “retomando o

diálogo” após o imbróglgio do aumento do Imposto IOF. A avaliação do presidente da Casa é a de que a reunião foi boa e, a partir de novas conversas, os Poderes podem construir um “caminho” para a resolução do assunto.

Participaram do encontro na noite desta terça, além de Haddad, Motta e Guimarães, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, o advogado-geral da União, Jorge Messias, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o líderes do governo no Senado Jaques Wagner (PT-BA).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/07/2025

OPINIÃO - AGRICULTURA NÃO PODE SER TRATADA COMO POLÍTICA DE GOVERNO; DEVE SER POLÍTICA DE ESTADO

Os dados do BID indicam que apenas 3% do valor da produção de renda bruta do produtor rural brasileiro decorre de políticas públicas – índice muito inferior à média da OCDE, de 13%

Por Wander Carlos de Aguiar Neto

Embora ocupe posição de protagonismo na economia global, o agronegócio brasileiro figura entre os menos assistidos diretamente pelo poder público quando comparado a outros países. Contrariando a percepção recorrente de que se trata de um setor amplamente subsidiado, os dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento indicam que apenas 3% do valor da produção de renda bruta do produtor rural brasileiro decorre de políticas públicas – índice muito inferior à média da OCDE, de 13%.

Essa disparidade, por si só, não representa um problema. Pelo contrário, há o lado positivo de o agro brasileiro estar cada vez mais alicerçado em fontes de financiamento privado. O que não se pode admitir é que essa predominância de capital privado no financiamento do setor seja utilizada como bengala para isentar o Estado de financiar um setor tão estratégico como o agro, especialmente em momentos de crise climática e alto endividamento no setor.

O exemplo mais recente ilustra essa preocupação: em junho, o governo suspendeu R\$ 445 milhões do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) – verba já prevista. A medida, tomada sem aviso prévio ou diálogo com o setor, contraria o espírito democrático ao não discutir de forma antecipada com os representantes da maior Frente Parlamentar do País, que é a da Agropecuária (FPA). O corte no PSR se soma à paralisação temporária das linhas com recursos equalizados registrada em fevereiro deste ano e potencializa o sentimento de insegurança institucional e política para quem produz.

Essa prática compromete a clareza na comunicação pública e dificulta a avaliação objetiva da evolução do apoio estatal ao setor agropecuário pela população em geral, que continua tendo a percepção totalmente ultrapassada de que o agro é sustentado com recursos públicos.



O agro brasileiro é estratégico demais para depender de decisões pontuais ou arranjos de última hora Foto: Epitácio Pessoa/Estadão

A agricultura não pode ser tratada como política de governo, mas sim discutida e executada como uma política de Estado. O agro brasileiro é estratégico demais para depender de decisões pontuais ou arranjos de última hora. A construção de uma política agrícola sólida exige previsibilidade, rigor técnico e responsabilidade fiscal.

O produtor precisa de segurança: seguro rural subvencionado, crédito nas condições prometidas e orçamento estável. O agro exige um ambiente institucional confiável e diálogo constante com o

governo. O Brasil tem capacidade e estrutura – o que falta, por ora, é vontade política de valorizar quem move a economia: quem produz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/07/2025

Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

EXCLUSIVO: BRASKEM AVANÇA EM NEGOCIAÇÕES COM PETROBRAS E FICA MAIS PERTO DE EXPANSÃO DE R\$ 4,3 BI NO RIO

Preço do etano já foi acordado e resta um último acerto, relativo à eventual necessidade de importação em caso de escassez de oferta local, segundo fontes; companhia vai precisar de 260 mil toneladas adicionais por ano da matéria-prima

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Polo em Duque de Caxias, no Rio — Foto: Divulgação/Braskem

A Braskem está em fase avançada nas negociações com a Petrobras acerca de um novo contrato de fornecimento de etano (gás natural), para viabilizar a expansão do polo petroquímico de Duque de Caxias (RJ), apurou o Valor. A companhia vai precisar de 260 mil toneladas adicionais por ano da matéria-prima, o equivalente a 15 mil barris por dia.

O preço do etano já foi acordado e resta um último acerto, relativo à eventual necessidade de importação do insumo em caso de escassez de oferta local, disseram fontes próximas às tratativas. A avaliação, contudo, é que a estatal terá condições de atender integralmente às necessidades da petroquímica através do Rota 3, que conecta projetos no pré-sal da Bacia de Santos ao Complexo de Energias Boaventura (antigo Gaslub ou Comperj).

Além do avanço com a Petrobras, o projeto de US\$ 800 milhões (cerca de R\$ 4,3 bilhões ao câmbio atual) da Braskem fica mais perto de sair do papel com a aprovação do regime de urgência, ontem (8) pela Câmara, para votação do Projeto de Lei 892/25, que institui o Programa de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq) — que sucede o Regime Especial da Indústria Química (Reiq) a partir de 2027.

A petroquímica planeja usar recursos do Presiq, por meio do qual as empresas poderão receber créditos de até 5% sobre a aquisição de matérias-primas sustentáveis, para ampliar em até 230 mil toneladas a produção de eteno e polietileno do polo de Duque de Caxias, cuja capacidade atual é de 540 mil toneladas por ano.

Segundo essas fontes, o valor complementar, que poderá corresponder a 50% do total a ser investido, será financiado. O plano seria levantar esses recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), eventualmente do Fundo Clima. A companhia ainda precisa submeter o projeto de expansão para aval do conselho de administração, o que depende da implementação do Presiq.

A unidade fluminense é a mais competitiva da Braskem no país, justamente por utilizar o gás natural, mais barato do que a nafta, como matéria-prima.

Em evento na semana passada, quando anunciou investimentos de R\$ 33 bilhões para ampliar operações na Refinaria Duque de Caixas (Reduc) e no Complexo Boaventura, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, deu sinais claros de apoio aos planos da Braskem.

“A ampliação do refino garante a efetividade da Braskem, com mais gás a preço acessível. A associação Rota 3 [gasoduto que transporta o gás do pré-sal], termelétricas e Braskem vai gerar um ciclo virtuoso”, disse a executiva na ocasião. O presidente da Braskem, Roberto Ramos, participou do evento.

Interlocutores ouvidos pelo Valor relatam que há tempos não se via um alinhamento tão firme entre Petrobras e Braskem.

Segunda maior acionista da petroquímica, a Petrobras é também sua maior fornecedora, com vendas anuais de cerca R\$ 16 bilhões, entre nafta, etano, propeno e outros derivados, segundo dados obtidos pelo Valor. Esse volume coloca a Braskem entre os cinco maiores clientes da estatal.

A Braskem também tem a Petrobras como cliente, fornecendo gasolina de pirólise e 150 mil metros cúbicos por dia de hidrogênio, utilizado pela petroleira para tornar mais leves certos derivados pesados.

Dona de 36,1% do capital total da Braskem e de 47% das ações com direito a voto, a estatal é signatária do acordo de acionistas da companhia, junto com a controladora Novonor. A Petrobras tem 4 dos 11 assentos do conselho de administração, direito de indicar a vice-presidência de engenharia da companhia e de vetar investimentos mais relevantes.

Nesta tarde, as ações da Braskem lideravam as altas do Ibovespa, com valorização de mais de 8% (para R\$ 10,08), em meio às estimativas de ganhos que o Presiq pode trazer para a companhia, uma das grandes beneficiadas pelos incentivos fiscais concedidos ao setor.

Procuradas, a Braskem não comentou o assunto e a Petrobras ainda não se manifestou.

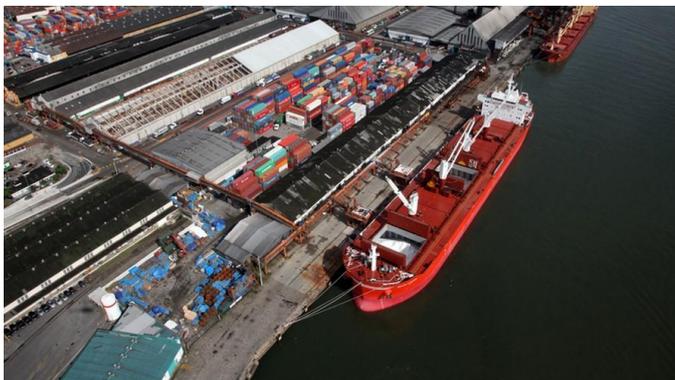
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/07/2025

GOVERNO AUTORIZA R\$ 4,5 BI PARA INVESTIMENTOS EM TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS

“Estamos fazendo esse dever de casa, ampliando as operações portuárias para o agronegócio”, disse o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília



Terminal de containers no Porto de Santos (SP) — Foto: Divulgação/Antaq

O governo autorizou, nesta quarta-feira (9), R\$ 4,5 bilhões em investimentos em terminais portuários privados. São oito terminais nas regiões Norte, Centro-oeste, Sudeste e Sul.

“O mundo procura o Brasil como uma grande janela de oportunidades, e por isso precisamos estar com portos estruturados e de maneira descentralizada”, disse o ministro dos Portos e

Aeroportos, Silvio Costa Filho.

“Estamos fazendo esse dever de casa, ampliando as operações portuárias para o agronegócio.” Os recursos a serem investidos são privados, explicou. O período para a conclusão das obras é de cinco anos. A iniciativa é que se iniciem no prazo de 30 a 60 dias.

No entanto, a assinatura do contrato é só o primeiro passo de um processo, disse o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa. “Vocês vão enfrentar agora dois processos muito difíceis, que é o licenciamento ambiental e o licenciamento patrimonial, que nós temos lutado muito para tentar simplificar”, disse, aos representantes dos terminais.

“Eu quero corroborar com o sentimento que a gente precisa cada vez mais desburocratizar, avançar na agenda das licenças ambientais”, respondeu o ministro. “Esse é um desafio no Brasil, não só na área portuária, mas na área rodoviária, na área ferroviária, na área hidroviária.”

Ao falar de investimentos no setor, Costa Filho disse que, de 2013, quando foi aprovada a nova lei dos portos, até 2022, foram realizados 41 leilões, com investimentos de R\$ 6 bilhões. No atual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deverão ser realizados de 50 a 60 leilões, envolvendo investimentos de R\$ 30 bilhões. “Ou seja, o maior volume de investimentos do setor portuário, então isso tem um impacto significativo”, comentou o ministro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/07/2025

GOVERNO ESPERA QUE TCU DECIDA ATÉ AGOSTO SOBRE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS, DIZ MINISTRO

Se até o fim de agosto o tribunal decidir sobre a questão concorrencial do Tecon 10, será possível realizar o leilão em novembro ou dezembro, disse Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília



Tecon 10 no Porto de Santos — Foto: Divulgação/Ministério dos Portos e Aeroportos

O governo federal espera que o Tribunal de Contas da União (TCU) decida até o fim de agosto sobre a questão concorrencial envolvendo o Terminal de Contêineres (Tecon) 10 no Porto de Santos (SP), disse na tarde desta quarta-feira (9) o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Dessa forma, será possível realizar o leilão em novembro ou dezembro, informou.

Costa Filho disse que tem conversado com ministros do tribunal a respeito. “O ambiente é colaborativo”, afirmou.

O TCU avalia se o leilão pode ou não concentrar mercado na mão de grandes operadoras, como Maersk e MSC, que já estão no porto. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) apontou para problemas concorrenciais, disse o ministro. O tribunal marcou uma audiência pública para o dia 31 de julho.

“A gente defende a democratização, desde que não se tenha concentração de mercado”, disse. “Não adianta a gente trazer algum agente internacional, que é importante, buscar cada vez mais agentes internacionais, grandes operadores, que é o que a gente defende para o Brasil, mas que naquele ponto estratégico possa haver concentração de mercado podendo prejudicar até uma cadeia.”

Ele comparou o caso do terminal à fusão das aéreas Gol e Azul. “Eu, a princípio, sou contra, porque acho que pode haver naquilo ali uma concentração de mercado, o que não é saudável para a

economia.” No caso do terminal portuário, disse, houve indicações da Antaq e do próprio tribunal sobre problemas concorrenciais.

A Pasta dos Portos e Aeroportos, porém, ainda não tem posição a respeito, disse o ministro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/07/2025

INFRAESTRUTURA TEM DESAFIOS QUE VÃO DESDE IMPACTO DE REFORMA TRIBUTÁRIA ATÉ RENOVAÇÃO DE FROTA, DIZEM ESPECIALISTAS

Possibilidade de taxação de debêntures de infraestrutura, fortalecimento das agências reguladoras e agilidade na alocação de recursos também foram citados como desafios de curto e longo prazo

Por Alessandra Saraiva e Sofia Aguiar, Valor — Rio e Brasília



— Foto: Foto: Wenderson Araujo/Valor

O fortalecimento da infraestrutura no país engloba desafios de curto e de longo prazo, desde possíveis impactos de reforma tributária nos negócios do setor até mesmo necessidade de renovação de vagões ferroviários, e de construção de mais silos de armazenagem.

Esse foi o entendimento de especialistas no evento “Logística no Brasil”, série de debates, promovido pelo Valor, com oferecimento da Infra S. A. e do Ministério

dos Transportes. O tema da série de debates é a infraestrutura brasileira como vetor de desenvolvimento.

Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e palestrante no evento, citou alguns desafios de curto prazo para o setor. Entre eles, lidar com efeitos da reforma tributária, debater sobre possibilidade de taxação de debêntures de infraestrutura, e as agências reguladoras.

O dirigente da ABCR comentou que, no caso da reforma tributária, os empresários já têm que lidar com um efeito “já na largada”. Esse seria o reequilíbrio de contratos de concessão rodoviária buscando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro original. Isso porque o governo, por meio da reforma, mobilizou as principais agências reguladoras do país para desenvolverem metodologias específicas, para reequilíbrio de contratos de concessão.

Sobre possível taxação de debêntures, Barcelos comentou que “não se pode colocar um ‘quebra-mola na pista do aeroporto’ dos projetos que vão avançar” disse. Ele declarou-se contrário à taxação, agora, em acordos já realizados no passado nesse segmento. Segundo ele, sua entidade já pediu ao governo que não se incida alíquota em contratos de emissões de debêntures já firmados.

No mesmo evento, Paulo Resende, diretor do núcleo de infraestrutura e logística da Fundação Dom Cabral, enumerou alguns dos desafios de longo prazo no setor, como a pouca agilidade na alocação de recursos.

“O Brasil tem hoje um dos investimentos mais lentos da história da infraestrutura do país”, disse.

Ele citou como exemplo a cadência de construção de ferrovias no Brasil quando comparada com resto do mundo.



“Nos últimos anos, o mundo construiu 34 mil quilômetros de novas ferrovias que estão nesse momento operacionais. O Brasil construiu 855 quilômetros”, afirmou. “A densidade de ferrovias do país é baixíssima”, disse.

Outra observação citada por Resende é a idade avançada dos vagões. Segundo ele, 50% da frota atual de vagões brasileira tem mais de 30 anos.

“Cerca de 14 mil vagões. E não temos a menor capacidade de produção de vagões da maneira que precisamos e todos os nossos trilhos são importados”, afirmou. Isso contribuiu para que o valor dos ativos de infraestrutura brasileiros caísse de 22% para 12% do PIB em dez anos, segundo o especialista.

Também no evento, Jorge Bastos, presidente da Infra S.A, empresa pública federal vinculada ao Ministério dos Transportes, comentou que alguns desses desafios apontados por Barcelos e Resende, como a questão da Reforma Tributária, por exemplo, já estão contemplados no Plano Nacional de Logística (PNL). Esse é o instrumento de planejamento, do governo brasileiro planejar a infraestrutura de transporte do país a longo prazo.

“Pela primeira vez estamos conseguindo fazer um plano de Estado [para o setor]”, disse. Ele lembrou que uma das linhas do plano visa identificar possíveis gargalos e obstáculos no setor.

Um aspecto relevante no fortalecimento da infraestrutura é focar mais em elevar capacidade de armazenamento do país, acrescentou Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica de logística e infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

No evento, ela detalhou um pouco sobre dificuldades de elevar capacidade de armazenagem, principalmente dentro do próprio estabelecimento do produtor rural.

“Apenas 16,8% têm armazenagem em estabelecimentos próprios; o restante depende de terceiros”, comentou.

Para resolver tal desafio, continuou, poderia ser oferecido financiamento para esses produtores, com linhas de crédito atrativas que possam ajudar o produtor na construção de tais empreendimentos de armazenagem, disse.

Por sua vez, Davi Barreto, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), defendeu maior fortalecimento das agências reguladoras, no país. No entendimento dele, não seria possível investimentos potentes, da iniciativa privada do setor, “sem um regulador forte”.

Nesse momento da fala de Barreto, presidente da Infra S.A. concordou com o dirigente da ANTF.

“É fundamental que discutamos esse assunto [de fortalecimento de agências reguladoras]”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/07/2025

DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO DEMANDA PARCERIA ENTRE SETOR PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA, DIZ ANTF

Em evento de logística, Davi Barreto, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, comentou sobre a necessidade de impor um ritmo de crescimento no setor nos próximos anos

Por Alessandra Saraiva e Sofia Aguiar, Valor — Rio e Brasília

O desenvolvimento do setor ferroviário do país, nos próximos anos, deve ser feito por meio de parceria entre poder público e iniciativa privada, no entendimento de Davi Barreto, diretor-presidente

da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). Ele fez a observação durante evento de logística na manhã desta quarta-feira (9).



Davi Barreto, diretor-presidente da ANTF — Foto: Wenderson Araujo/Valor

O especialista comentou sobre a necessidade de impor um ritmo de crescimento no setor nos próximos anos. Ele pontuou que, no momento, um dos setores que mais crescem na economia é o agropecuário. Um maior fortalecimento do setor ferroviário, comentou ele, seria vantajoso para maior escoamento de produção agrícola do país.

“Mas enquanto o setor ferroviário cresce 2% ou 3% por ano, o agropecuário cresce a 5%, 6%, 7%”, comentou. “Precisamos apostar mais em transportes de alta capacidade, como ferrovias e hidrovias”, disse.

O executivo lembrou que, em modelos ferroviários passados, de negócios, a iniciativa privada era quem comandava o desenvolvimento e a expansão.

“Temos, hoje, ferrovias muito eficientes”, admitiu. “Mas fazer ferrovia ainda é muito caro”, lembrou.

O especialista citou como exemplo uma ferrovia e grande porte que pode chegar a um custo de R\$ 20 bilhões, com retorno apenas de cinco anos a dez anos para quem investiu.

Por isso, comentou que, em seu entendimento, a visão de investimento ferroviário “passa por uma visão de Estado e não de governo”. Isso também é compreendido no âmbito do Plano Nacional de Logística (PNL), instrumento do governo brasileiro para planejar a infraestrutura de transporte do país a longo prazo. “Daí precisamos de uma política pública que entenda seu papel de Estado com uma parceria com privado”, concluiu.

Ele deu as declarações durante o evento “Logística no Brasil”, série de debates promovido pelo Valor, com oferecimento da Infra S. A. e do Ministério dos Transportes. O tema da série de debates é a infraestrutura brasileira como vetor de desenvolvimento.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 09/07/2025

RENAN FILHO DEFENDE FERROGRÃO E AFIRMA QUE PROJETO É VIÁVEL

Ministro dos Transportes disse que o projeto que visa escoar uma das maiores safras agrícolas do mundo, interligando Sinop (MT) ao Porto de Miritituba (PA), precisará, provavelmente, de aporte público “para ficar de pé”

Por Sofia Aguiar e Alessandra Saraiva, Valor — Brasília e Rio



Ministro dos Transportes, Renan Filho participa do evento “Logística no Brasil”, promovido pelo Valor, com oferecimento da Infra S. A. e do Ministério dos Transportes — Foto: Foto: Wenderson Araujo/Valor

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou nesta quarta-feira que a Ferrogrão provavelmente precisará de aporte público “para ficar de pé”. Ele afirmou que o projeto é estratégico, viável e estará no plano nacional de logística. O projeto visa escoar uma das maiores safras agrícolas do mundo, interligando o município de Sinop, no



Mato Grosso, ao Porto de Miritituba, em Itaituba, no Pará.

Ele deu as declarações durante o evento “Logística no Brasil”, série de debates, promovido pelo Valor, com oferecimento da Infra S. A. e do Ministério dos Transportes. O tema da série de debates é a infraestrutura brasileira como vetor de desenvolvimento.

Questionado se há a previsão de aportes públicos para visibilizar mais ferrovias, ele disse que, com recursos do Tesouro, se espera cerca de R\$ 2 bilhões ao ano. “Mas a gente tem recursos que recuperamos das renovações antecipadas feitas no governo do ano passado”, comentou.

Renan Filho disse que a renovação de concessões ferroviárias pode ser em torno de R\$ 25 bilhões e pode potencializar investimento ferroviário no país.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/07/2025

GOVERNO PLANEJA 35 NOVOS LEILÕES DE RODOVIAS ATÉ O FIM DE 2026, DIZ RENAN FILHO

Ministro dos Transportes disse ser importante impulsionar o investimento em busca de melhora da infraestrutura nacional, e que “cara” da logística brasileira será a de garantir ciclos com recordes de investimentos nos próximos anos

Por Sofia Aguiar e Alessandra Saraiva, Valor — Brasília e Rio

O governo tem a expectativa de realizar 35 novos leilões de rodovias até o fim de 2026, informou o ministro dos Transportes, Renan Filho. Nesta semana, a pasta já terá realizado 14, de acordo com ele. Segundo Renan, a gestão federal prevê em torno de 45 novos contratos relacionados a leilões rodoviários.

Ele deu as declarações hoje durante o evento “Logística no Brasil”, série de debates, promovido pelo Valor, com oferecimento da Infra S. A. e do Ministério dos Transportes. O tema da série de debates é a infraestrutura brasileira como vetor de desenvolvimento.

Na fala, o ministro renovou a previsão de que o leilão da ferrovia EF-118 deve ocorrer ainda neste ano. Além disso, também projeta levar a leilão a ferrovia Leste-Oeste (Corredor Fico-Fiol) ainda este ano.

Renan Filho disse que há três grandes ferrovias em obras no país e que, possivelmente, hoje seja o maior volume de pessoas trabalhando. Na esteira, ele comentou que o governo firmou, nesta semana, um acordo com a China sobre ferrovias.

Apesar de enaltecer tais realizações e previsões, o titular dos Transportes comentou que o setor não se sustenta somente com investimento público, precisa ter participação da iniciativa privada.

Renan admitiu que o juro alto representa um desestímulo para investir, mas ponderou que o Brasil tem bons projetos para atrair o capital internacional e que o investimento em infraestrutura é de longo prazo.

“No mundo, não tem projeto com taxa interna de retorno de dois dígitos, é difícil; o Brasil tem”, comentou. “O olhar econômico do agente não é exatamente o da expectativa”, acrescentou.

Renan Filho negou que o setor privado esteja esperando 2027, na janela para mudança de governo, pois há a participação do segmento em leilões de infraestrutura. “Temos novos investidores e novos players”, citou. Na fala, ele comentou que a Bolsa de Valores de São Paulo está na máxima histórica, assim como a Embraer.

“O olhar econômico do agente [do investidor] está aí; se estivessem esperando por 2027 não estariam comprando ações da Embraer e da Petrobras”, comentou.

Desafios

O ministro afirmou que há quatro principais desafios identificados na infraestrutura no Brasil, dentre eles, a construção de um plano nacional para desenvolvimento logístico que dialogue com a realidade. O titular da pasta pontuou ser muito importante impulsionar o volume do investimento para que haja uma melhora da infraestrutura nacional.

De acordo com Renan Filho, a ideia de fazer um plano nacional existe porque, antes, os projetos estabelecidos para a infraestrutura não levavam em conta a realidade nacional. “Por exemplo, estamos levando em consideração conhecimento fiscal para ter conhecimento de quantidade de carga no país”, comentou.

Outro desafio citado por ele é ouvir as pessoas e fazer um diálogo com a sociedade e entidades representativas. O terceiro ponto é estimular os bons projetos nacionais, tendo conhecimento sobre previsões da iniciativa privada e prioridades do governo. O ministro falou sobre possibilitar que “isso tudo” impulse um volume de investimentos. “Quando você investe recursos em projeto ruim, significa que o caminho está errado. Mas se você escolhe bom projeto e amplia volume de recursos, você melhora mais rapidamente a infraestrutura nacional.”

“A cara do plano [de logística] será de garantir a esse país um ciclo de dez, pelo menos os dez próximos [anos], como recordes anuais sucessivos crescentes, investimentos crescentes pela próxima década, a fim de melhorar a infraestrutura”, comentou o titular da pasta. “A cara é escolher bons projetos e estimular aumento do volume de investimentos.”

Renan Filho disse que a logística nacional e a infraestrutura sempre sofrem questionamentos, mas que houve avanços significativos nos últimos anos. Em sua visão, o Brasil é um grande exportador e um país competitivo economicamente, dizendo que é uma das nações que mais crescem em capacidade de exportação nos últimos anos.

Segundo o ministro, houve um amplo crescimento de investimentos em rodovias e ferrovias no últimos anos, tanto no campo público como privado, para que os segmentos tenham volumes de investimentos para a seleção de bons projetos. Apesar disso, Renan Filho disse que o governo quer estimular ainda mais tais recursos a serem investidos.



Ministro dos Transportes, Renan Filho — Foto: Wenderson Araujo/Valor

Comparações

Renan Filho enalteceu os investimentos feitos pelo governo Lula 3 no setor de infraestrutura e renovou comparações à gestão anterior, de Jair Bolsonaro.

“Dizer que o governo investe mais em infraestrutura não é o ‘Nós contra Eles’, mas a comparação de projetos. Como, também, se alguém defende congelar salário-mínimo por 10 anos, é um projeto econômico”, comentou o titular da pasta.

Em sua avaliação, é justo fazer comparação entre as gestões Lula e Bolsonaro para que a sociedade saiba da realidade de investimentos feitos pelo atual governo. “Sem a comparação, a sociedade é obrigada a escolher com base em convicções pessoais”, comentou. “Independente se a pessoa é de direita ou esquerda, a pessoa prefere investimento em alta.”

Dessa forma, em sua visão, os cidadãos conseguem fugir do ambiente de polarização para entrar no pragmatismo. “Esse momento do plano nacional de logística vai ser a reafirmação do governo de fazer esse debate, de apresentar os números”, afirmou Renan Filho.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TECON 10: MINISTRO ESPERA PARECER DO TCU ATÉ FINAL DE AGOSTO

Por Nelson Moreira *Portos e logística* 09/07/2025 - 18:57



Silvio Costa Filho acredita que governo conseguirá licitar novo terminal de contêineres até o final de 2025

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, garantiu, nesta quarta-feira (9), que a licitação do Tecon 10 será realizado até dezembro deste ano. Ele voltou a dizer que o certame do novo terminal de contêineres do Porto de Santos será o maior leilão da história do setor portuário no Brasil. De acordo com Costa Filho, o processo está em fase final de análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que marcou

para 31 deste mês uma audiência pública para debater todas as questões envolvendo a concessão da área no complexo santista.

“Espero que o parecer do TCU seja anunciado até o fim de agosto”, afirmou o ministro durante cerimônia para a assinatura de projetos de cessão de 10 terminais portuários à iniciativa privada. Costa Filho disse que enviou o caso do Tecon 10 para análise do TCU por sugestão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que manifestou preocupação com a concentração de mercado, caso um dos operadores atuais tenha participação muito grande.

Ele disse que vem conversando com ministros do Tribunal sobre o processo e que tem recebido 'boas informações'. Ele considera que seja possível fazer o leilão em novembro ou dezembro e ressaltou que o parecer é importante para proteger a negociação. “Aguardamos o TCU para tomar a melhor medida para preservar o Porto de Santos”, afirmou o ministro.

Costa Filho disse que a concentração de mercado não é boa para o Brasil e que o Tecon 10 será fundamental para manter o crescimento do comércio exterior, principalmente na exportação. Ele acrescentou que é preciso ampliar a capacidade de movimentação portuária no país para acompanhar o crescimento da economia brasileira, destacando o agronegócio. “O agro é fundamental para a balança comercial brasileira. E há expectativa de crescimento de 3 a 6% na produção. Precisamos de portos estruturados”, afirmou.

Com 3,5 milhões de TEUs em contêineres por ano, além de cargas gerais, o Tecon 10 pode representar aumento de até 50% na capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos. O projeto prevê ocupação de uma área de 622 mil metros quadrados e cais de 1,5 mil metros de extensão. O valor global do contrato, durante os 25 anos de concessão, é estimado em R\$ 44,4 bilhões.

O escopo inclui a construção de quatro berços de atracação na região conhecida como Sabóó e movimentação de 30,7 mil toneladas de carga geral por ano. Ele prevê quatro fases de instalação, com a primeira etapa concluída em 2027. O Tecon 10 visa acompanhar a demanda por movimentação de contêineres no Porto de Santos, que está no limite de sua capacidade.

Convocação

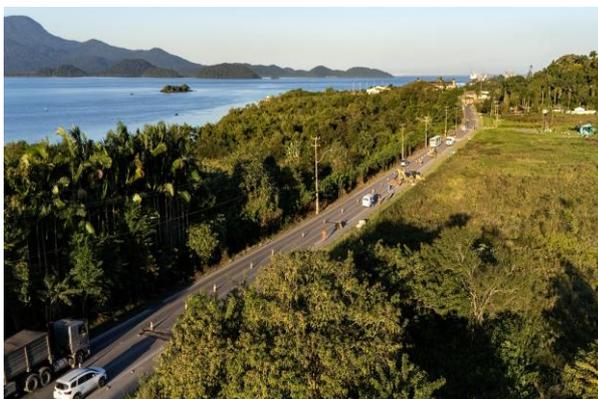
Na semana passada, o deputado Marcel van Hattem (Novo/RS) apresentou um requerimento para a convocação do ministro de portos e aeroportos na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara. O parlamentar pede esclarecimentos do chefe do MPor sobre possíveis impactos 'diplomáticos e econômicos' das restrições da modelagem do leilão. O argumento é que as regras da licitação desse novo terminal, aprovadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), restringem a participação de empresas que já operam no Porto de Santos, excluindo, de forma direta, grandes armadores europeus, como Maersk (Dinamarca), MSC (Suíça) e CMA CGM (França).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/07/2025

COMEÇAM OBRAS PARA REVITALIZAR VIAS DE ACESSO AO PORTO DE ANTONINA

Da Redação Portos e logística 09/07/2025 - 19:06



Começaram na última segunda-feira (7) as obras para revitalização de 4,6 quilômetros de algumas das principais vias da cidade de Antonina, no Paraná, para melhorar o acesso de caminhões ao porto local. O investimento anunciado pela empresa estadual Portos do Paraná, que administra também o Porto de Paranaguá (PR), será de R\$ 18,4 milhões. As melhorias serão feitas na Avenida Conde Matarazzo e na Rua Engenheiro Luiz Augusto Leão da Fonseca, e o término das obras é previsto para até abril de 2026.

A revitalização da região próxima ao porto prevê nova pavimentação das ruas, em concreto, criação de calçadas para pedestres e ciclovia, instalação de pontos de ônibus e de sinalização viária e melhorias no sistema de drenagem. A fiscalização da obra será feita em conjunto pela Portos do Paraná, a Prefeitura Municipal de Antonina e uma empresa terceirizada contratada para acompanhar e dar suporte aos trabalhos.

O diretor de engenharia e manutenção da Portos do Paraná, Victor Kengo, informou que a opção pelo uso do concreto foi considerada a mais adequada para as ruas, nas quais é intenso o tráfego de caminhões indo e voltando do Porto de Antonina, porque é material com durabilidade maior que o asfalto e com menor custo de manutenção. Para reduzir impactos negativos para moradores da região e para os que trafegam pelas vias, serão feitos desvios temporários e alterações no fluxo de veículos, incluindo a adoção do sistema de "pare e siga".

O projeto das obras foi executado pela prefeitura de Antonina, que supervisionou as sondagens do solo realizadas no início do ano pela empresa contratada para garantir a qualidade da pavimentação e orientar a escolha dos materiais e as técnicas mais adequadas para as intervenções naquela região.

Em 2024, o Porto de Antonina movimentou 1,9 milhão de toneladas de cargas, entre açúcar ensacado e a granel, fertilizantes e outros produtos. O volume representa crescimento de 47% em relação a 2023, quando foram movimentadas 1,3 milhão de toneladas. Ele é um dos terminais administrados pela empresa pública Portos do Paraná, que é responsável pela segunda maior movimentação portuária do Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/07/2025

CDFMM AMPLIA PRAZO DE PRIORIDADES CONCEDIDAS PARA CONSTRUÇÃO DE BALSAS GRANELEIRAS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 08/07/2025 - 23:57



Projetos da Hermasa incluem 60 unidades padrão Mississippi e 2 empurradores fluviais a serem construídos em 3 estaleiros na região Norte

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou, de forma excepcional, a extensão de prazo de prioridades de financiamentos concedidas no ano passado a projetos de construção de embarcações de transporte de carga e de apoio à navegação da Hermasa. A resolução, publicada na última semana, vale por 30 dias a partir da data do encerramento da vigência da resolução de prorrogação

de concessão de prioridade.

O CDFMM concedeu prazo adicional para o projeto que compreende 60 balsas graneleiras padrão Mississippi, que inclui a construção de 14 balsas, sendo 12 do tipo box e 2 do tipo raked, com valor total de R\$ 71,1 milhões, previstas para construção no estaleiro Bertolini Construção Naval da Amazônia (Beconal).

O pacote prevê ainda a construção de 26 balsas graneleiras padrão Mississippi, sendo 17 do tipo box e 9 do tipo raked, para construção no Estaleiro Rio Amazonas (Eram), com valor total de R\$ 132 milhões. Outros R\$ 101,6 milhões foram priorizados para construção de 20 balsas graneleiras no Estaleiro Rio Maguari (ERM), sendo 17 do tipo box e 3 do tipo raked.

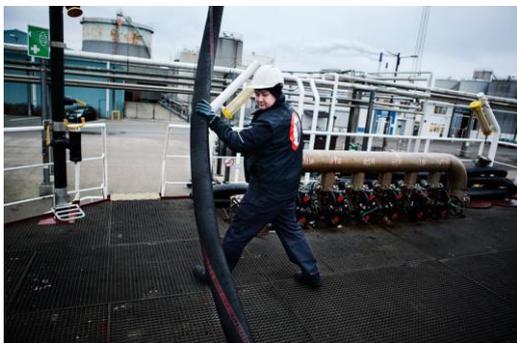
O conselho diretor também prorrogou o prazo das prioridades concedidas anteriormente à Hermasa para a construção de dois empurradores fluviais de propulsão azimutal, com 2.400 kW de potência instalada, com valor total de R\$ 79,6 milhões, prevista para construção no Beconal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2025

NOVO RELATÓRIO PEDE COMBUSTÍVEL COM TEOR DE ENXOFRE DE 0,1% EM TODO O MUNDO

Da Redação Navegação 08/07/2025 - 19:55



Um novo documento de política do Conselho Internacional de Transporte Limpo (ICCT), sediado em Washington, nos Estados Unidos, propõe que a indústria marítima adote o limite máximo global de 0,1% para o teor de enxofre nos combustíveis e abandone os depuradores de combustível de circuito aberto. O objetivo é reduzir drasticamente a poluição do ar e os riscos à saúde associados, com base na regulamentação de 2020 da Organização Marítima Internacional (IMO), que reduziu o limite de enxofre de 3,5% para 0,5%.

Apesar da regulamentação de 2020, as projeções indicavam que as emissões do transporte marítimo ainda contribuiriam para aproximadamente 266.000 mortes prematuras anualmente devido a doenças cardiovasculares e respiratórias. A nova análise do ICCT sugere que uma redução adicional do teor de enxofre para 0,1% em todo o mundo poderia prevenir milhares dessas mortes e economizar bilhões em custos de saúde.

O relatório avalia quatro cenários: um cenário de referência com o limite atual de 0,5% de enxofre e três outros em que o limite de 0,1% é implementado com diferentes métodos de conformidade, incluindo o uso de depuradores e óleo diesel marítimo (MGO). As conclusões revelam que limites mais rigorosos de enxofre, especialmente quando os navios mudam para combustíveis mais limpos, como o MGO, levam a reduções substanciais nas emissões de partículas finas (PM_{2,5}), melhorando assim a qualidade do ar e os resultados em saúde pública.

Além disso, a transição para combustíveis com baixo teor de enxofre pode ter implicações econômicas. Ao aumentar o custo base dos combustíveis fósseis marítimos, a diferença de preço entre os combustíveis tradicionais e alternativas com emissão zero ou quase zero de gases de efeito estufa pode diminuir, potencialmente acelerando a adoção de fontes de energia mais limpas no setor de transporte marítimo.

Embora a IMO tenha estabelecido Áreas de Controle de Emissões (ECAs) com limites de enxofre mais rigorosos, o ICCT defende um padrão global uniforme. Tal medida não apenas harmonizaria as regulamentações, mas também ampliaria os benefícios para a saúde em todo o mundo.

Ao ler o relatório, Sönke Diesener, especialista em transporte marítimo da ONG ambiental alemã NABU, comentou: “Os depuradores são um péssimo compromisso: prolongam artificialmente o uso de óleo combustível pesado e sujo e levam a uma poluição considerável do ambiente marinho. Uma proibição global dos depuradores deve acompanhar a introdução de limites mais rigorosos para o teor de enxofre”.

As descargas de depuradores de circuito aberto serão proibidas em águas interiores e áreas portuárias em todo o Atlântico Nordeste até julho de 2027, após uma reunião de ministros do Meio Ambiente de 15 países europeus no mês passado. A proibição das descargas em circuito fechado está prevista para janeiro de 2029, o mais tardar.

As proibições de descargas de depuradores são agora comuns em todo o mundo. Em termos de tonelagem bruta, 30% da frota mercante global agora tem depuradores — também chamados de sistemas de limpeza de gases de escape — instalados cinco anos após o início do teto global de enxofre, uma regulamentação que fez os proprietários decidirem entre instalar depuradores ou comprar combustível mais caro e com menor teor de enxofre.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2025

DEPUTADO PEDE ESCLARECIMENTOS DE COSTA FILHO SOBRE MODELAGEM DO TECON SANTOS 10

Por Danilo Oliveira Portos e logística 08/07/2025 - 19:49



Marcel van Hattem (Novo/RS) alega que restrições de participação no certame vêm sendo interpretadas como movimento de favorecimento direcionado, criando distorções na licitação. Na justificativa, parlamentar citou cancelamento de audiência do ministro com representantes de países sede de armadores europeus

O deputado Marcel van Hattem (Novo/RS) apresentou, na última semana, um requerimento para a convocação do ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara. O parlamentar pede esclarecimentos do chefe do MPor sobre possíveis impactos 'diplomáticos e econômicos' das restrições da modelagem do leilão do Tecon Santos 10, antigo STS-10, que o governo federal pretende realizar no final deste ano. O argumento é que as regras da licitação desse novo terminal de contêineres de Santos, aprovadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq),

restringem a participação de empresas que já operam no Porto de Santos, excluindo, de forma direta, grandes armadores europeus, como Maersk (Dinamarca), MSC (Suíça) e CMA CGM (França).

A minuta do edital, que tramita no Tribunal de Contas da União (TCU), prevê a realização do certame em duas fases, o que, segundo o requerimento, tem provocado reações intensas no setor privado, no meio diplomático e entre órgãos de controle da administração pública. O deputado acrescentou que um critério técnico, que exige experiência prévia em terminais com movimentação mínima de 100.000 TEUs, afasta do certame fundos de investimento e operadores emergentes, mantendo na disputa empresas específicas com atuação ajustada exatamente a esse critério, como a subsidiária da JBS.

"Essas medidas, embora sustentadas sob argumentos formais de defesa da concorrência, têm sido amplamente interpretadas como um movimento de favorecimento direcionado, criando distorções no processo licitatório e gerando potenciais prejuízos à arrecadação pública, à credibilidade regulatória do país e à integridade do ambiente institucional brasileiro", sustentou van Hattem em sua justificativa.

O parlamentar também citou um episódio relatado por alguns veículos de imprensa, na última semana, dando conta do cancelamento de uma reunião entre o ministro e representantes diplomáticos da Dinamarca, Suíça e Holanda, países sede dos armadores que se sentem diretamente afetados. De acordo com as publicações, a audiência foi cancelada unilateralmente e com apenas 15 minutos de antecedência. O deputado mencionou ainda que a Dinamarca assume, em julho, a presidência rotativa do Conselho da União Europeia.

Ele defende que a convocação é importante para evitar uma potencial repercussão negativa para a política externa do Brasil, num momento em que o Brasil mantém esforços diplomáticos para viabilizar a conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia, considerado prioritário pela política externa brasileira. "A manutenção de um ambiente conflituoso com parceiros europeus, em decorrência de medidas administrativas internas descoordenadas, representa ameaça real à imagem, à confiabilidade e à previsibilidade internacional do Estado brasileiro", apontou no documento.

Para o deputado, as regras atuais ferem o princípio da isonomia concorrencial e da impessoalidade na administração pública, colocando em dúvida o compromisso do Executivo com a integridade do processo licitatório, abrindo margem para contestação judicial e internacional, além de potenciais questionamentos perante o TCU. "A condução do processo licitatório do STS-10, com exclusão seletiva de parceiros internacionais, sem diálogo prévio e sem transparência, configura violação das diretrizes constitucionais da política externa brasileira, comprometendo a confiança mútua necessária para a celebração de acordos multilaterais", alertou no requerimento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2025

ECOSSISTEMAS MARINHOS PODEM SER RESTAURADOS COM 1% DOS INVESTIMENTOS GLOBAIS EM EÓLICAS OFFSHORE

Da Redação Offshore 08/07/2025 - 18:47



Conduzido por cientistas internacionais liderados pelo programa The Rich North Sea e pelo Instituto Real Holandês de Pesquisa Marinha (NIOZ), o estudo destaca que as principais metas globais de preservação e restauração da natureza, incluindo a meta da ONU de restaurar 30% dos ecossistemas degradados até 2030, estão ficando inalcançáveis devido à falta de financiamento e vontade política.

Com a energia eólica offshore já tendo projetos de valorização

da natureza e algumas licitações já apresentando projetos eólicos offshore integrados e inclusivos, os autores apontam que o setor está bem posicionado para ser pioneiro na mitigação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que reconstrói a vida marinha em larga escala.

Segundo o estudo, é possível lidar com as crises climática e de biodiversidade simultaneamente, garantindo que a restauração marinha acompanhe a expansão das energias renováveis. De acordo com o trabalho, a perda de biodiversidade poderia ser revertida com apenas uma fração do investimento total se os requisitos de biodiversidade inteligente fossem incorporados aos procedimentos de licenciamento e licitação de energia eólica offshore.

Os autores argumentam que os governos raramente exigem investimentos para atingir metas mais amplas de biodiversidade marinha, apesar das taxas de licenciamento para energia eólica offshore e dos critérios de licitação não financeiros fazerem parte dos procedimentos de alocação de locais/projetos. Eles citam como exceção a licitação holandesa Hollandse Kust West site VI, que incluiu a natureza, que exigiu a contribuição de consórcios de Parques Eólicos Offshore, os OWFs, na sigla em inglês.

“A incorporação de condições de licenciamento que vinculem os OWFs a uma combinação oportuna, ambiciosa e equilibrada de medidas de restauração passiva e ativa dentro e fora deles poderia impulsionar a restauração da vida marinha por meio de projetos de grande porte, com quilômetros quadrados de extensão. Essa abordagem enfrentaria as crises climática e de biodiversidade simultaneamente, garantindo que a restauração marinha acompanhe a expansão das energias renováveis”, diz o estudo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2025

SUBSEA7 E ONESUBSEA VÃO ATUAR EM CAMPO OPERADO PELA EQUINOR NA BACIA DE SANTOS

Da Redação Offshore 08/07/2025 - 18:53



A Subsea7 anunciou a assinatura de contrato da Subsea Integration Alliance (SIA) com a gigante estatal norueguesa de energia Equinor para atividades no campo de petróleo que ela opera na costa do Brasil. Caberá à SIA, aliança estratégica que combina os pontos fortes da SLB OneSubsea e da Subsea7, desenvolver estudo conceitual para o projeto Bacalhau Fase 2.

O acordo prevê trabalho colaborativo entre equipes dos escritórios da Subsea7 no Reino Unido e da SLB OneSubsea na Noruega, com o apoio do Brasil. Olivier

Blaringhem, CEO da Subsea Integration Alliance, classificou a parceria como resultado de esforço colaborativo e integrado dos parceiros da SIA e que reflete a experiência adquirida na Fase 1 de Bacalhau.

A Equinor aprovou em junho de 2021 sua participação no Projeto Bacalhau no qual investiu US\$ 8 bilhões. Uma FPSO para este desenvolvimento marcou a primeira aplicação do casco M350 da Modec, um casco de nova geração para FPSOs.

Com capacidade de produção de 220.000 barris por dia, o FPSO Bacalhau foi projetado para ser implantado no campo de Bacalhau em duas licenças, BM-S-8 e Norte de Carcará, na região do pré-sal da Bacia de Santos. O projeto envolve 19 poços submarinos interligados ao FPSO, o que equivale a três campos de futebol. Com a primeira produção de óleo da Fase 1 prevista ainda para este ano, o FPSO Bacalhau chegou o seu destino em 21 de fevereiro.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 091/2025
Página 49 de 49
Data: 09/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

As reservas recuperáveis de Bacalhau, incluindo a área de Bacalhau Norte, ultrapassam 2 bilhões de barris de óleo equivalente. A Equinor opera o campo em parceria com a ExxonMobil, a Petrogal Brasil e a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA). A Subsea Integration Alliance já atua em projeto de exploração de gás natural da BP na costa de Trinidad e Tobago e em uma conexão submarina de petróleo e gás no setor britânico do Mar do Norte.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 09/07/2025